

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM – ESTADO DO MARANHÃO</b>	
<b>EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024- SRP</b>	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2024</b>	
<b>LICITAÇÃO COM ITENS RESERVADOS PARA ME/EPP, EXCLUSIVOS ME/EPP E AMPLA DISPUTA.</b>	
<b>MODALIDADE</b>	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024.
<b>BASE LEGAL</b>	REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021; LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, DECRETOS MUNICIPAIS Nº. 13/2024; Nº. 15/2024; Nº. 18/2024 E DEMAIS NORMAS PERTINENTES À ESPÉCIE, E DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.
<b>OBJETO</b>	Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Bom Jardim/MA.
<b>TIPO DA LICITAÇÃO</b>	Menor Preço por ITEM
<b>LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA</b>	<a href="https://www.licitabomjardinense.com.br">https://www.licitabomjardinense.com.br</a>
<b>DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:</b>	27 de agosto de 2024
	às 09h00min (nove horas)
<b>MODO DE DISPUTA</b>	Aberto
<b>VALOR ESTIMADO</b>	<b>R\$ 4.009.739,52 (quatro milhões e nove mil e setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos)</b>
<b>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:</b>  O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <a href="http://www.licitabomjardinense.com.br">www.licitabomjardinense.com.br</a> , <a href="https://www.bomjardim.gov.ma">https://www.bomjardim.gov.ma</a> e também poderão ser lidos e/ou obtidos na sala do Departamentos de Licitações, Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim - Maranhão - Brasil - CEP 65.380-000 de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 13:00 horas.  <b>ATENÇÃO.</b> Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos, a fim de evitar a prática das condutas previstas no CAPÍTULO II-B, DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, além do TÍTULO IV, DAS IRREGULARIDADES, CAPÍTULO I DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ambas previstas na lei 14.133/21, que poderão acarretar na aplicação das penalidades previstas nos referidos regramentos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.	

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2024**

O **MUNICÍPIO DE BOM JARDIM/MA**, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA, torna Público, para conhecimento dos interessados, que por meio da **Secretaria Municipal de Administração e Planejamento**, realizará às 09h00min do dia 27 de agosto de 2024, licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO “POR ITEM”**, na forma da Lei Nº. 14.133/2021 de 1º de abril e 2021, Lei Complementar Nº. 123/2006 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar Nº. 147/2014 Lei Federal Nº. 12.846/13, regulamentada pelos Decretos Municipais 13/2024; Nº. 15/2024; Nº. 18/2024 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Bom Jardim/MA.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica [www.licitabomjardinense.com.br](http://www.licitabomjardinense.com.br). O Agente de Contratação designado PREGOEIRO, terá as atribuições previstas na lei Nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal Nº. 08, de 08 de fevereiro de 2024.

Caberá ao AGENTE DE CONTRATAÇÃO designado pregoeiro, tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

O AGENTE DE CONTRATAÇÃO designado pregoeiro será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O presente pregão tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Bom Jardim/MA, em conformidade com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência (ANEXO I), parte integrante deste Edital.

1.2. O quantitativo indicado no Termo de Referência (ANEXO I) é apenas estimativa da aquisição e será solicitada de acordo com as necessidades do Órgão Participante, podendo ser utilizada no todo ou em parte.

1.3. O valor máximo total objeto desta licitação é de R\$ 4.009.739,52 (quatro milhões e nove mil e setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos).

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.5. Havendo divergências entre o descritivo do objeto constante no sistema PORTAL DE COMPRAS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM/MA [www.licitabomjardinense.com.br](http://www.licitabomjardinense.com.br) e o descritivo do objeto do Termo de Referência deste Edital, prevalecerá as especificações constantes no Termo de Referência.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do município de Bom Jardim/MA ([www.licitabomjardinense.com.br](http://www.licitabomjardinense.com.br)).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. Para os itens indicados na planilha orçamentária presente no Termo de Referência, parte integrante deste edital, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

3.3.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no campo específico deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021](#).

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário ou desconto do item;

5.1.2. Marca; (Se houver)

5.1.3. Fabricante; (Se houver)

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

5.1.4. Catálogo com descrição detalhada do objeto; (Se houver), contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, onde a não apresentação deste item desclassificará imediatamente a proposta apresentada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.9.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.1. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência:

6.1.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.1.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.1.4 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação designado Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,10 (dez) centavos.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação designado pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação designado pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação designado pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação designado Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. Empresas brasileiras;

6.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação designado Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O Agente de Contratação designado Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao Agente de Contratação designado Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação designado Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação designado Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação designado pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

---

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação designado pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.3.1. e 4.6 deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação designado pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. Contiver vícios insanáveis;
- II. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação designado pregoeiro, que comprove:

- I. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação designado pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. As amostras serão avaliadas por profissional especializado, indicado pela Secretaria Municipal de Educação acompanhada do pregoeiro e equipe de apoio, conforme artigo 41 e 42 da lei 14.133/2021

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados de forma digital quando solicitada após a fase de proposta.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8. A verificação pelo Agente de Contratação designado pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas.

8.9.1. É facultado ao Agente de Contratação designado pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.10. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.11. Após a conclusão da fase de avaliação das propostas, somente a licitante vencedora será notificada no prazo já citado sobre sua condição e será solicitado o envio dos documentos de habilitação para a devida verificação e comprovação de sua capacidade técnica, jurídica, fiscal e financeira.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.12.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a pregoeira auxiliada pela equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.18. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.19. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.20. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.21. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.23. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.24. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.25. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.26. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.27. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.28. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.29. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.30. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.31. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

8.32. A Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.32.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

8.32.2. Certidão Negativa de Dívida Ativa.

8.33. A Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.33.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.33.2. Certidão Negativa da Dívida Ativa municipal.

8.33.3. Quando a prova de regularidade de que trata o subitem anterior for comprovada mediante a apresentação de uma única certidão, e dela não constar expressamente essa informação, deverá a licitante demonstrar com documentação hábil essa condição;

8.34. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.35. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.36. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.37. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.38. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) dos últimos 02 exercícios sociais, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com notas explicativas, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta e Certidão de Regularidade Profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

8.39. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

8.40. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.41. A participante deverá enviar os índices de capacidade financeira. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} - \text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.42. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa Nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos Art. 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da Lei Nº 10.406/2002; 11.9.8.4. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8.42.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.42.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.42.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.43. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

8.44. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.45. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.46. Para habilitação técnica deverá ser apresentado os seguintes documentos:

I- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a) É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter fornecido os materiais/produtos a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de fornecimento eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

II- Apresentar fotos da fachada e interior da empresa. O item não é de ordem obrigatória e visa tão somente à comprovação de estrutura mínima e capacidade técnico-funcional da empresa em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas “fantasmas” ou qualquer outro tipo de fraude à Lei Nº 14.133/21.

8.47. Caso o documento não seja apresentado conforme exigem o item acima, a comissão poderá abrir diligência para a verificação da veracidade das informações dele constante.

8.48. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.49. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.50. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

8.51. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.52. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.53. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.54. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação da licitante nos remanescentes.

8.55. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Diário Oficial do Município – DOM, e no Portal da Transparência deste Poder Executivo Municipal e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.licitabomjardinense.com.br](http://www.licitabomjardinense.com.br).

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Agente de Contratação designado pregoeiro (a) durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

---

12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. Fraudar a licitação

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [www.licitabomjardinense.com.br](http://www.licitabomjardinense.com.br) ou no e-mail [prefeiturabomjardimcpl@gmail.com](mailto:prefeiturabomjardimcpl@gmail.com).

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação designado pregoeiro.

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); endereços eletrônicos: [www.bomjardim.ma.gov.br](http://www.bomjardim.ma.gov.br); [www.licitabonjardinense.com.br](http://www.licitabonjardinense.com.br) e <https://apps.tce.ma.gov.br/sincsite/contrata>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. **ANEXO I - Termo de Referência;**

14.11.1.1. **APÊNDICE DO ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar**

14.11.2. **ANEXO II – Modelo Proposta;**

14.11.3. **ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;**

14.11.4. **ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;**

Bom Jardim/MA, 09 de agosto de 2024.

---

**CLEUTEGILSON SIQUEIRA GONÇALVES**  
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Bom Jardim/MA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A aquisição de Material de construção, elétrico, hidráulico justifica – se mediante o interesse público de manter os serviços da administração em níveis aceitáveis para oferecer aos usuários da administração pública municipal, uma vez que é imprescindível a aquisição para suprir às necessidades das secretarias vinculadas a Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA, bem como para dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas das unidades organizacionais, na obtenção desses materiais para uma melhor organização dos espaços. Os órgãos municipais são responsáveis por diversas atividades essenciais, que incluem a manutenção de prédios públicos, unidades de saúde, escolas, praças e outras instalações. A qualidade e a durabilidade dessas estruturas dependem diretamente dos materiais utilizados em suas construções e manutenções. e de lazer, dentre outros.

2.2. A contratação de materiais de construção, hidráulico e elétrico visa a manutenção preventiva e corretiva das infraestruturas municipais. Isso é essencial para evitar a deterioração dos prédios e sistemas, garantindo que as instalações permaneçam em boas condições e atendam adequadamente às necessidades da população.

2.3. Materiais de Construção: Os materiais de construção são fundamentais para a realização de obras e reformas que garantem a integridade e funcionalidade das edificações municipais. A utilização de materiais adequados e de boa qualidade é crucial para evitar problemas estruturais futuros e garantir a segurança dos usuários.

2.4. Materiais Hidráulicos: Os sistemas hidráulicos são essenciais para o fornecimento e a gestão de água em prédios públicos. A contratação de materiais hidráulicos de qualidade é indispensável para assegurar que o abastecimento de água seja contínuo e eficiente, prevenindo vazamentos e problemas que possam comprometer o funcionamento dos serviços.

2.5. Materiais Elétricos: Os materiais elétricos são vitais para garantir o fornecimento seguro e eficiente de energia elétrica às diversas instalações municipais. A escolha de materiais adequados previne falhas elétricas e riscos de curto-circuito, garantindo a segurança dos usuários e a continuidade dos serviços.

2.6. Portanto, é necessário a realização de um estudo técnico preliminar que evidencie o problema a ser resolvido e apresente a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

técnica, socioeconômica e ambiental da contratação existentes e proponha medidas adequadas para sanar essa situação. A prioridade da Prefeitura deve ser para garantir o bom funcionamento e a segurança das instalações municipais. A escolha criteriosa desses materiais contribuirá para a eficiência dos serviços prestados à população e para a preservação das infraestruturas públicas. Assim, a aquisição desses materiais é não apenas necessária, mas fundamental para a continuidade e a melhoria dos serviços municipais.

2.7. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.8. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.9. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados data da assinatura.

2.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os requisitos da contratação materiais de construção, hidráulico e elétrico para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Bom Jardim/MA, envolverão critérios técnicos, legais e operacionais que garantirão a seleção dos melhores fornecedores. Alguns dos principais requisitos incluirão:

4.2. Qualidade dos Materiais: Os materiais de construção deverão atender aos padrões de qualidade estabelecidos pelas normas técnicas pertinentes, garantindo a durabilidade e segurança das obras realizadas pelo município.

4.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista: Os fornecedores deverão apresentar regularidade fiscal e trabalhista, estando em dia com o pagamento de tributos e contribuições sociais, bem como cumprindo as obrigações trabalhistas conforme a legislação vigente.

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

- 4.4. Capacidade Técnica e Operacional: Os fornecedores deverão comprovar sua capacidade técnica e operacional para fornecer os materiais de construção conforme as quantidades e prazos estipulados pelo município, garantindo a entrega no local e horário definidos.
- 4.5. Preços Competitivos: Os preços dos materiais de construção deverão ser competitivos e compatíveis com os praticados pelo mercado, assegurando a obtenção do melhor custo-benefício para o município.
- 4.6. Garantia dos Produtos: Os materiais fornecidos deverão contar com garantia de qualidade e adequação ao uso, garantindo a substituição ou reparo em caso de defeitos ou não conformidades.
- 4.7. Disponibilidade de estoque dos materiais necessários para as obras de infraestrutura e manutenção;
- 4.8. Garantia de entrega dentro do prazo estabelecido;
- 4.9. Possibilidade de realizar compras parceladas, de acordo com a necessidade do município;
- 4.10. Preços competitivos e transparentes;
- 4.11. Assistência técnica para orientação na escolha dos materiais mais adequados para cada tipo de obra;
- 4.12. Flexibilidade para atender a demandas emergenciais ou alterações no cronograma de execução das obras;

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A entrega dos produtos será feita de forma **PARCELADA**, bem como, o prazo de entrega dos produtos será de **10 (Dez) dias úteis**, após recebimento da Ordem de Fornecimento. O não cumprimento das entregas nas datas e horários determinados ocasionará penalidades cabíveis;
- 5.2. A Contratada deverá entregar o material de construção em perfeitas condições, conforme especificações, prazos e local indicados no Edital e seus anexos, acompanhada da respectiva Nota Fiscal detalhando as especificações dos materiais solicitados pela Secretaria Municipal requerente.
- 5.2.1. No ato da entrega, os produtos que não estiverem em acordo com o especificado no edital serão devolvidos; e, as despesas de frete e/ou outros serão por conta da empresa CONTRATADA;
- 5.2.2. A fiscalização geral e o acompanhamento serão realizados por Servidor designado pela Secretaria Municipal solicitante de Bom Jardim/MA;
- 5.2.3. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar a Secretaria Municipal solicitante, na pessoa do Fiscal do Contrato, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar o motivo do descumprimento

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

devidamente fundamentado e indicação expressa do novo prazo previsto para entrega, que não poderá ser superior àquele inicialmente estabelecido;

5.2.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo fiscal do contrato na forma da Lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando à empresa da decisão proferida em até 48 (quarenta e oito) após a data do pedido;

5.2.5. Havendo denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas em Lei.

5.3. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.4. A Contratada arcará com todos os encargos decorrentes da presente contratação, incluindo frete, transporte, descarregamento dos materiais, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas.

5.5. A Contratada deverá dispor dos meios necessários para o transporte e entrega dos materiais no local de destino especificado.

5.6. No ato da entrega, a Contratada deverá fornecer as instruções de uso e manuais dos materiais, quando aplicável, em português, ou acompanhados de tradução, com o número de cópias correspondente à quantidade de materiais adquiridos.

5.7. A Contratada deverá garantir que os materiais estejam prontos para uso, realizando todos os procedimentos necessários de verificação e testes, de acordo com as especificações técnicas exigidas pela Contratante.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **FISCALIZAÇÃO**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **GESTOR DO CONTRATO**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1. O prazo de validade;

7.9.2. A data da emissão;

7.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. O valor a pagar; e

7.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2. O fornecimento do objeto será parcelada conforme as demandas das secretarias solicitantes.

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

## **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. A Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.18.1. Certidão Negativa de Débitos Fiscais;

8.18.2. Certidão Negativa de Dívida Ativa.

8.19. A Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de:

8.19.1. Certidão Negativa de Débitos Municipais;

8.19.2. Certidão Negativa da Dívida Ativa municipal.

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, com prazo não superior a 60 dias da solicitação pelo pregoeiro. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis (Demonstração do Resultado do Exercício – DRE) dos últimos 02 exercícios sociais, com o devido registro na Junta Comercial, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com notas explicativas, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário ou do próprio Livro Diário, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta e Certidão de Regularidade Profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

8.25. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

8.26. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

8.27. A participante deverá enviar os índices de capacidade financeira. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.28. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados: Publicados em Diário Oficial ou Publicados em jornal de grande circulação ou por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da empresa, na forma da Instrução Normativa Nº 11, de 05 de dezembro de 2013, do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, conforme disposto nos Art. 1.180, Parágrafo Único, 1.181, Parágrafo Único e 1.184, §2º da Lei Nº 10.406/2002; 11.9.8.4. Na forma do Sistema de Escrituração Pública Digital – SPED, instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, acompanhado da cópia do recibo de entrega da escrituração contábil digital – SPED CONTÁBIL, nos termos de Instrução Normativa editada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

8.28.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.28.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.28.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.29. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

8.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.32. Para habilitação técnica deverá ser apresentado os seguintes documentos:

I- Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a) É indispensável que o atestado de capacidade técnica apresente informações tangíveis, ficando vedada a apresentada com informações genéricas, tais como: ter fornecido os materiais/produtos a contendo. Essa exigência é necessária para que, na ocasião da análise do documento, o julgador da proposta possa aferir efetivamente as condições de fornecimento eficiente da empresa para a execução do objeto de maneira satisfatória.

II- Apresentar fotos da fachada e interior da empresa. O item não é de ordem obrigatória e visa tão somente à comprovação de estrutura mínima e capacidade técnico-funcional da empresa em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas “fantasmas” ou qualquer outro tipo de fraude à Lei Nº 14.133/21.

8.33. Caso o documento não seja apresentado conforme exigem o item acima, a comissão poderá abrir diligência para a verificação da veracidade das informações dele constante.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

8.34. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.36. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.37. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.38. Será inabilitado a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.39. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.40. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação da licitante nos remanescentes.

8.41. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.009.739,52 (quatro milhões e nove mil e setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	COTA	UNID	QTD	VRL.UNIT	VRL.TOTAL
1	ABRAÇADEIRA TIPO U SIMPLES 1/2	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 1,26	R\$ 126,00
2	ABRAÇADEIRA TIPO U SIMPLES 1/4	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 1,67	R\$ 200,40
3	APAGADOR DUPLO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 19,18	R\$ 3.836,00
4	APAGADOR SIMPLES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 10,52	R\$ 2.104,00

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

5	APAGADOR TRIPLO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 25,90	R\$ 2.072,00
6	BOCAIS COMUM COM RABICHO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 10,96	R\$ 2.192,00
7	BOCAIS COMUM SEM RABICHO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 13,85	R\$ 831,00
8	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO MONOFASICO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	10	R\$ 165,88	R\$ 1.658,80
9	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO TRIFASICO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	12	R\$ 158,13	R\$ 1.897,56
10	CAIXA DE PASSAGEM 30X30 CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	36	R\$ 113,65	R\$ 4.091,40
11	CANALETA EXTERNA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	160	R\$ 81,58	R\$ 13.052,80
12	CONDUÍTE FLEXÍVEL DE 20MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	800	R\$ 46,32	R\$ 37.056,00
13	CONDUÍTE FLEXÍVEL DE 25MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	600	R\$ 86,34	R\$ 51.804,00
14	CURVA DE PVC 20MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	140	R\$ 3,77	R\$ 527,80
15	CURVA DE PVC 32MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 8,81	R\$ 3.524,00
16	CURVA DE PVC 40MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 9,79	R\$ 1.958,00
17	DISJUNTOR MONOFASICO DE 10 AMPERES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 12,36	R\$ 1.236,00
18	DISJUNTOR MONOFASICO DE 20 AMPERES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 14,79	R\$ 1.774,80
19	DISJUNTOR MONOFÁSICO DE 25 AMPERES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 17,80	R\$ 1.780,00
20	DISJUNTOR MONOFASICO DE 32 AMPERES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 19,75	R\$ 1.580,00
21	DISJUNTOR MONOFASICO DE 40 AMPERES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 23,70	R\$ 948,00
22	DISJUNTOR MONOFASICO DE 50 AMPERES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 25,84	R\$ 1.550,40
23	DISJUNTOR TRIFASICO DE 32 AMPERES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 52,42	R\$ 2.096,80
24	DISJUNTOR TRIFASICO DE 40 AMPERES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 73,00	R\$ 3.650,00
25	DISJUNTOR TRIFASICO DE 50 AMPERES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 86,40	R\$ 5.184,00
26	DISJUNTOR TRIFASICO DE 60 AMPERES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 125,83	R\$ 5.033,20
27	ELETRODUTO PVC 3M X 20MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	160	R\$ 15,46	R\$ 2.473,60
28	ELETRODUTO PVC 3M X 32MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	160	R\$ 25,33	R\$ 4.052,80
29	ELETRODUTO PVC 3M X 40MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	46	R\$ 43,03	R\$ 1.979,38
30	FIO FLEXÍVEL 2X1,5 PEÇA C/ 100M	EXCLUSIVA ME/EPP	Peças	20	R\$ 99,61	R\$ 1.992,20
31	FIO FLEXÍVEL 2X4 PEÇA C/ 100M	EXCLUSIVA ME/EPP	Peças	16	R\$ 277,57	R\$ 4.441,12

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

32	FIO FLEXÍVEL 2X6 PEÇA C/ 100M	EXCLUSIVA ME/EPP	Peças	16	R\$ 431,38	R\$ 6.902,08
33	FIO FLEXÍVEL 2X10 PEÇA C/ 100M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	12	R\$ 648,61	R\$ 7.783,32
34	FITA ISOLANTE ALTA TENSÃO 10 M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 27,41	R\$ 2.192,80
35	FITA ISOLANTE ALTA TENSÃO 20M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 33,93	R\$ 2.035,80
36	FITA ISOLANTE BAIXA TENSÃO 20M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 11,98	R\$ 718,80
37	FITA ISOLANTE BAIXA TENSÃO C/ 10M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 7,34	R\$ 587,20
38	HASTE PARA ATERRAMENTO 5/8X3M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 83,30	R\$ 8.330,00
39	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 15W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	230	R\$ 12,84	R\$ 2.953,20
40	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 30W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 22,31	R\$ 4.462,00
41	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 50W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 29,14	R\$ 5.828,00
42	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 70W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 92,51	R\$ 9.251,00
43	LÂMPADA LED BULBO 12W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 9,67	R\$ 3.868,00
44	LÂMPADA LED BULBO 20W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 13,76	R\$ 5.504,00
45	LÂMPADA LED BULBO 15W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 19,17	R\$ 7.668,00
46	LÂMPADA LED BULBO 30W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	150	R\$ 30,97	R\$ 4.645,50
47	LÂMPADA LED BULBO 50W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	150	R\$ 34,92	R\$ 5.238,00
48	LÂMPADA LED BULBO 40W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	150	R\$ 26,70	R\$ 4.005,00
49	LÂMPADAS TUBULAR FLUORESCENTE 20W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 23,86	R\$ 2.863,20
50	LUMINÁRIA TUBULAR SOBREPOR LED LINEAR CAPA PRETO 60CM 20W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 25,47	R\$ 3.056,40
51	PONTALETE DE 1,20M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 22,61	R\$ 2.713,20
52	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE 10 DISJUNTORES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	12	R\$ 40,59	R\$ 487,08
53	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE 12 DISJUNTORES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	10	R\$ 101,22	R\$ 1.012,20
54	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE 16 DISJUNTORES	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	20	R\$ 142,09	R\$ 2.841,80
55	REFLETOR DE LED 250W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 147,83	R\$ 11.826,40
56	REFLETOR DE LED 400W	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 149,17	R\$ 8.950,20

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

57	TOMADA CEGA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 7,79	R\$ 623,20
58	TOMADA COM APAGADOR	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 15,57	R\$ 1.557,00
59	TOMADA COMUM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 11,26	R\$ 900,80
60	TOMADA DUPLA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 16,74	R\$ 1.674,00
61	ADAPTADOR 20MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	160	R\$ 2,66	R\$ 425,60
62	ADAPTADOR DE 50MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	160	R\$ 4,28	R\$ 684,80
63	ADAPTADOR DE 60MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	240	R\$ 12,52	R\$ 3.004,80
64	ADESIVO PVC C/ 75G	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 6,23	R\$ 2.492,00
65	CANO ESGOTO 100 MM PVC	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 62,08	R\$ 3.724,80
66	CANO ESGOTO 150MM PVC	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 190,67	R\$ 9.533,50
67	CANO ESGOTO 40MM PVC	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 22,01	R\$ 2.641,20
68	CANO RÍGIDO SOLDABEL 20MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 18,68	R\$ 3.736,00
69	CANO RÍGIDO SOLDABEL 25MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 24,01	R\$ 4.802,00
70	CANO RÍGIDO SOLDABEL 32MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 54,43	R\$ 5.443,00
71	CANO RÍGIDO SOLDABEL 40MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	160	R\$ 31,83	R\$ 5.092,80
72	CANO RÍGIDO SOLDABEL 50MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 58,18	R\$ 5.818,00
73	CANO SOLDABEL 60MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 143,71	R\$ 11.496,80
74	JOELHO DE ESGOTO 100	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 7,85	R\$ 942,00
75	JOELHO DE ESGOTO 150	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	140	R\$ 37,45	R\$ 5.243,00
76	JOELHO DE ESGOTO 200	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 106,79	R\$ 8.543,20
77	JOELHO DE ESGOTO 40	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 3,57	R\$ 357,00
78	JOELHO DE ESGOTO 50	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 7,45	R\$ 894,00
79	JOELHO DE ESGOTO 75	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 7,53	R\$ 753,00
80	JOELHO L/R 20	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	300	R\$ 2,49	R\$ 747,00
81	JOELHO L/R 25	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 6,96	R\$ 696,00
82	JOELHO LISO 20MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 0,51	R\$ 204,00
83	JOELHO 40MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 0,72	R\$ 144,00
84	JOELHO LISO SOLDABEL 50	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 7,13	R\$ 855,60
85	JOELHO LISO SOLDABEL 60	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 24,06	R\$ 2.406,00
86	LUVA DE ESGOTO 100	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 11,52	R\$ 1.382,40
87	LUVA DE ESGOTO 40	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	160	R\$ 3,02	R\$ 483,20
88	LUVA DE ESGOTO 50	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 6,09	R\$ 1.218,00
89	LUVA DE ESGOTO 75	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 8,18	R\$ 818,00
90	LUVA LISA SOLDABEL 20	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 3,66	R\$ 1.464,00
91	LUVA LISA SOLDABEL 32	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 4,81	R\$ 481,00
92	LUVA LISA SOLDABEL 40	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 10,93	R\$ 2.186,00
93	LUVA LISA SOLDABEL 50	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	160	R\$ 10,24	R\$ 1.638,40

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

94	LUVA LISA SOLDAVEL 60	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 14,49	R\$ 2.898,00
95	REDUÇÃO 50X20 SOLDAVEL	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 5,77	R\$ 577,00
96	REDUÇÃO 60X50 SOLDAVEL	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 13,45	R\$ 1.614,00
97	REGISTRO COMUM 25MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 11,15	R\$ 2.230,00
98	REGISTRO COMUM 32MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 23,04	R\$ 4.608,00
99	REGISTRO COMUM 40MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	180	R\$ 26,41	R\$ 4.753,80
100	REGISTRO COMUM 50MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	180	R\$ 40,58	R\$ 7.304,40
101	REGISTRO COMUM 60MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	160	R\$ 45,82	R\$ 7.331,20
102	REGISTRO COMUM DE 20MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 6,52	R\$ 782,40
103	REGISTRO INOX 20MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 28,13	R\$ 1.687,80
104	TÊ 20 SOLDAVEL LISO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	360	R\$ 5,15	R\$ 1.854,00
105	TÊ 40 SOLDAVEL LISO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 13,28	R\$ 2.656,00
106	TÊ 50 SOLDAVEL LISO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 10,68	R\$ 1.281,60
107	TÊ 60 SOLDAVEL LISO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 23,20	R\$ 2.784,00
108	TÊ DE ESGOTO 100	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 14,18	R\$ 1.418,00
109	TÊ DE ESGOTO 40	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 5,77	R\$ 577,00
110	TÊ DE ESGOTO 50	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 6,42	R\$ 770,40
111	TÊ DE ESGOTO 75	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 15,03	R\$ 1.503,00
112	TÊ DE ESGOTO 150	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 78,75	R\$ 6.300,00
113	VEDA ROSCA 25M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	220	R\$ 4,19	R\$ 921,80
114	VEDA ROSCA 50M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 10,34	R\$ 2.068,00
115	TORNEIRA COM FILTRO DE PLÁSTICO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 63,63	R\$ 5.090,40
116	TORNEIRA COM FILTRO INOX	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 124,09	R\$ 4.963,60
117	TORNEIRA DE JARDIM PRETA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 6,19	R\$ 742,80
118	TORNEIRA DE LAVATÓRIO BRANCA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	160	R\$ 19,96	R\$ 3.193,60
119	TORNEIRA PARA PIA INOX CURTA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 60,24	R\$ 3.614,40
120	TORNEIRA PARA PIA INOX LONGA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 85,77	R\$ 5.146,20
121	ARAME PRÉ COZIDO kg	EXCLUSIVA ME/EPP	Quilogramas	300	R\$ 25,09	R\$ 7.527,00
122	COLUNA ARMADA 3/8	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	160	R\$ 179,33	R\$ 28.692,80
123	FERRO ½	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 115,70	R\$ 6.942,00
124	FERRO ¼	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 39,48	R\$ 3.948,00
125	FERRO 3/8	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 56,92	R\$ 5.692,00
126	FERRO 4.2	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 20,26	R\$ 2.026,00
127	FERRO 5.0	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 22,94	R\$ 2.752,80
128	FERRO 5/16	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 48,95	R\$ 4.895,00
129	TRELIÇA DE 6 MT COM FERRO DE ¼	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	160	R\$ 50,93	R\$ 8.148,80

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

130	TELA ALAMBRADO GALVANIZADO, FIO 18 MALHA DE 2 POLEGADAS ROLO COM 50 X 1,50	AMPLA DISPUTA	Rolos	188	R\$ 817,08	R\$ 153.611,04
131	TELA ALAMBRADO GALVANIZADO, FIO 18 MALHA DE 2 POLEGADAS ROLO COM 50 X 1,50	RESERVADO ME/EPP	Rolos	62	R\$ 817,08	R\$ 50.658,96
132	ARGAMASSA AC I 20kg	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	900	R\$ 15,69	R\$ 14.121,00
133	ARGAMASSA AC II 20kg	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	600	R\$ 29,78	R\$ 17.868,00
134	ARGAMASSA AC III 20kg	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	600	R\$ 40,00	R\$ 24.000,00
135	ASSENTO SANITÁRIO OVAL (TAMPA VASO UNIVERSAL BRANCO)	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	150	R\$ 48,59	R\$ 7.288,50
136	ENGATE FLEXÍVEL 30	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	30	R\$ 10,95	R\$ 328,50
137	CAIXA D'ÁGUA 10.000 LITROS C/TAMPA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	5	R\$ 5.142,96	R\$ 25.714,80
138	CAIXA D'ÁGUA 20.000 LITROS C/TAMPA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	2	R\$ 11.165,67	R\$ 22.331,34
139	CAIXA D'ÁGUA 2.000 LITROS C/TAMPA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	16	R\$ 1.852,46	R\$ 29.639,36
140	CAIXA D'ÁGUA 500 L	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	12	R\$ 500,85	R\$ 6.010,20
141	CAIXA DE DESCARGA DE 9 LITROS	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	150	R\$ 40,41	R\$ 6.061,50
142	CHUVEIRO CROMADO 9"	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	30	R\$ 54,53	R\$ 1.635,90
143	CHUVEIRO PVC BRANCO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 21,91	R\$ 1.095,50
144	COLA BRANCA 1000ML	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 16,03	R\$ 1.923,60
145	CUBA DE LOUÇA REDONDA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	10	R\$ 180,50	R\$ 1.805,00
146	MASSA ACRILICA 18L	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 247,10	R\$ 24.710,00
147	MASSA ACRILICA 3,6L	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 70,61	R\$ 5.648,80
148	MASSA CORRIDA PVA 18LT	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 86,01	R\$ 4.300,50
149	PIA DE INOX 1,20	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	28	R\$ 264,79	R\$ 7.414,12
150	PIA DE INOX 2,00	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	30	R\$ 483,33	R\$ 14.499,90
151	PIA DE LOUÇA DE BANHEIRO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 198,89	R\$ 9.944,50
152	PARAFUSO DE VASO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	72	R\$ 7,79	R\$ 560,88
153	PISO CERÂMICA TIPO A	EXCLUSIVA ME/EPP	MT	2000	R\$ 29,94	R\$ 59.880,00
154	PISO REVESTIMENTO	EXCLUSIVA ME/EPP	MT	1500	R\$ 33,65	R\$ 50.475,00
155	REJUNTE	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 24,23	R\$ 9.692,00
156	SIFÃO GARGANTA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 16,33	R\$ 1.959,60
157	SIFÃO GARGANTA DUPLO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 27,79	R\$ 1.667,40
158	VASO SANITÁRIO ACOPLADO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 550,17	R\$ 55.017,00
159	VASO SANITÁRIO COMUM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 170,83	R\$ 10.249,80
160	VERNIZ CORPAL P/ MADEIRA 900ML	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 34,63	R\$ 1.731,50

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

161	VERNIZ CORPAL P/ MADEIRA 3,6L	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 142,46	R\$ 5.698,40
162	VÁLVULA COMUM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	44	R\$ 23,38	R\$ 1.028,72
163	VÁLVULA DE DESCARGA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 153,27	R\$ 61.308,00
164	VÁLVULA DE PIA INOX	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 22,44	R\$ 1.346,40
165	VEDA ANEL	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 10,99	R\$ 659,40
166	ARRUELA ½	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 0,59	R\$ 118,00
167	ARRUELA 1/4	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 0,54	R\$ 216,00
168	ARRUELA 3/8	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 0,49	R\$ 196,00
169	ARRUELA 5/16	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 0,39	R\$ 156,00
170	CARRO DE MÃO GALVANIZADO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 227,17	R\$ 11.358,50
171	CAVADEIRA ARTICULADA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	20	R\$ 107,56	R\$ 2.151,20
172	CAVADOR COM CABO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 124,33	R\$ 9.946,40
173	CHAVE DE COMBINADA 10MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	20	R\$ 11,69	R\$ 233,80
174	CHAVE DE COMBINADA 20MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 22,86	R\$ 1.371,60
175	CHAVE ESTRELA 1/4X8	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 10,47	R\$ 418,80
176	CHAVE ESTRELA 3/16	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 7,67	R\$ 383,50
177	CHAVE ESTRELA 5/16	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 21,72	R\$ 1.303,20
178	CHAVE DE FENDA 3/8X8	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 12,76	R\$ 1.020,80
179	CHAVE DE FENDA 3/16X8	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 24,00	R\$ 1.440,00
180	CHAVE DE GRIFO 18	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	20	R\$ 77,87	R\$ 1.557,40
181	CHIBANCA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 96,67	R\$ 5.800,20
182	BROCAS PARA CONCRETO 10MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 32,37	R\$ 2.589,60
183	BROCAS PARA FERRO 10MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 27,50	R\$ 2.750,00
184	CADEADO 20 MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	20	R\$ 13,34	R\$ 266,80
185	CADEADO 30 MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 20,88	R\$ 1.252,80
186	CADEADO 45 MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 50,73	R\$ 3.043,80
187	CORRENTE 5	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 54,25	R\$ 2.170,00
188	DISCO TURBO DIAMANTADO P ALVENÁRIA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 38,48	R\$ 3.078,40
189	DISCO TURBO DIAMANTADO P LAJOTA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 28,57	R\$ 2.857,00
190	ENXADA COM CABO 2.1/2	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	20	R\$ 50,98	R\$ 1.019,60
191	ENXADÃO COM CABO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	30	R\$ 58,08	R\$ 1.742,40
192	ESCOVA DE AÇO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 11,54	R\$ 1.154,00
193	ESPÁTULA ¾	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	110	R\$ 7,32	R\$ 805,20
194	ESQUADRO DE ALUMINIO 12 " 30CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	42	R\$ 18,62	R\$ 782,04
195	ESQUADRO DE ALUMINIO 40CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	42	R\$ 25,14	R\$ 1.055,88

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

196	FACÃO PARA MATO 18 POL	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 38,30	R\$ 1.532,00
197	LÂMINA PARA ROÇADEIRA TRÊS PONTAS 250MM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 33,29	R\$ 1.997,40
198	LIMA CHATA C/ CABO P/ ENXADA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	20	R\$ 21,70	R\$ 434,00
199	LIMA CHATA SEM CABO PARA ENXADA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	20	R\$ 13,18	R\$ 263,60
200	LIMA PARA SERROTE	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 18,12	R\$ 724,80
201	LIMATÃO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	20	R\$ 22,81	R\$ 456,20
202	MARTELO Nº 24	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 47,37	R\$ 1.894,80
203	MASSEIRA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 75,88	R\$ 6.070,40
204	PÁ DE BICO COM CABO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 42,75	R\$ 1.710,00
205	PÁ SEM CABO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 40,00	R\$ 1.600,00
206	PARAFUSO FRANCÊS 1/4X2,0	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 0,81	R\$ 81,00
207	PARAFUSO FRANCÊS POLIDO 1/4X3,0	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 1,04	R\$ 104,00
208	PARAFUSO FRANCÊS POLIDO 1/4X3,0 ½	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 1,40	R\$ 140,00
209	PARAFUSO ZINCADO 4,2X30	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 0,37	R\$ 14,80
210	PICARETA COM CABO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 90,69	R\$ 5.441,40
211	PORCAS ½	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 0,89	R\$ 178,00
212	PORCAS ¼	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 0,50	R\$ 200,00
213	PORCAS 3/8	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	300	R\$ 0,54	R\$ 162,00
214	PORCAS 5/16	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	300	R\$ 0,64	R\$ 192,00
215	PREGO 15X18	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 25,05	R\$ 3.006,00
216	PREGO 3X8	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 23,30	R\$ 4.660,00
217	PREGO TELHEIRO 2.1/2X10	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 0,35	R\$ 42,00
218	PRUMO 700 G	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 30,23	R\$ 1.511,50
219	TALHADEIRA 12	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 42,88	R\$ 2.572,80
220	TALHADEIRA 8	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 16,84	R\$ 1.684,00
221	TRENA 5M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 21,47	R\$ 2.147,00
222	TRENA 8M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 40,16	R\$ 2.409,60
223	VASSOURÃO COM CABO	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	96	R\$ 31,19	R\$ 2.994,24
224	FORMÃO P MADEIRA ¾	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	80	R\$ 41,73	R\$ 3.338,40
225	BASCULANTE DE ALUMINIO 40X40 CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	30	R\$ 71,53	R\$ 2.145,90
226	BASCULANTE DE ALUMINIO 60X60 CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 120,08	R\$ 4.803,20
227	BISNAGA COLORIDA 50 ML	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	400	R\$ 9,78	R\$ 3.912,00
228	CAL PCT 20 KG	EXCLUSIVA ME/EPP	Pacotes	1.500	R\$ 17,77	R\$ 26.655,00
229	DOBRADIÇA GALVANIZADA 850X3	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 18,09	R\$ 1.085,40

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

230	DOBRADIÇA OXIDADA 850X4	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 16,65	R\$ 999,00
231	ESMALTE SINTÉTICO 3,6L	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	30	R\$ 98,59	R\$ 2.957,70
232	ESMALTE SINTÉTICO 900ML	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 34,39	R\$ 1.375,60
233	ESQUADRIAS DE MADEIRA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	20	R\$ 98,53	R\$ 1.970,60
234	FECHADURA INOX EXTERNA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	120	R\$ 85,80	R\$ 10.296,00
235	FECHADURA INOX INTERNA	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	70	R\$ 43,21	R\$ 3.024,70
236	JANELA DE ALUMINIO CORRER 1M X 1M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 351,50	R\$ 17.575,00
237	JANELA DE MADEIRA 1,4M X 1,2M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 169,50	R\$ 8.475,00
238	JANELA DE MADEIRA 1M X 1M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 148,13	R\$ 7.406,50
239	PORTA DE COMPENSADO 2,1X0,8 M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 215,28	R\$ 21.528,00
240	PORTA DE MADEIRA 2,1X0,8M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	100	R\$ 557,47	R\$ 55.747,00
241	PORTA SANFONADA DE PVC 2,1X0,8M	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 141,88	R\$ 7.094,00
242	ROLO DE ESPUMA 15CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	70	R\$ 15,69	R\$ 1.098,30
243	ROLO DE ESPUMA 5CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 4,91	R\$ 294,60
244	ROLO DE ESPUMA 9CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 8,23	R\$ 329,20
245	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 15CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	30	R\$ 19,07	R\$ 572,10
246	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 23CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 22,10	R\$ 884,00
247	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 5CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 7,40	R\$ 296,00
248	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 9CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 10,50	R\$ 420,00
249	SELADOR ACRÍLICO 18L	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 134,34	R\$ 8.060,40
250	SELADOR ACRÍLICO 3,6L	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	50	R\$ 59,76	R\$ 2.988,00
251	SELADORA PARA MADEIRA 3,6L	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 127,01	R\$ 7.620,60
252	TINTA ACRILICA 18L	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	140	R\$ 377,73	R\$ 52.882,20
253	TINTA ACRÍLICA 3,6L	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	130	R\$ 53,63	R\$ 6.971,90
254	TINTA DE PISO 18L	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 277,72	R\$ 11.108,80
255	TINTA DE PISO 3,6L	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 77,55	R\$ 4.653,00
256	TINTA EM PÓ 2KG	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	200	R\$ 7,69	R\$ 1.538,00
257	TINTA SPRAY COMUM 350ML	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 12,86	R\$ 771,60
258	TRINCHA ½	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	60	R\$ 5,72	R\$ 343,20
259	TRINCHA 2	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 11,85	R\$ 474,00
260	TRINCHA ¾	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	40	R\$ 7,76	R\$ 310,40
261	BASCULANTE 40X60	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	20	R\$ 79,09	R\$ 1.581,80

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

262	BASCULANTE 40X80	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	20	R\$ 90,67	R\$ 1.813,40
263	FIXADOR P CAL 150ML	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	600	R\$ 1,84	R\$ 1.104,00
264	GARFO P ROLO 46CM	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	36	R\$ 17,60	R\$ 633,60
265	AREIA LAVADA	AMPLA DISPUTA	MT³	675	R\$ 216,65	R\$ 146.238,75
266	AREIA LAVADA	RESERVADO ME/EPP	MT³	225	R\$ 216,65	R\$ 48.746,25
267	AREIA COMUM	AMPLA DISPUTA	MT³	675	R\$ 138,15	R\$ 93.251,25
268	AREIA COMUM	RESERVADO ME/EPP	MT³	225	R\$ 138,15	R\$ 31.083,75
269	AREIA PRETA	EXCLUSIVA ME/EPP	MT³	600	R\$ 124,69	R\$ 74.814,00
270	BRITA 0	AMPLA DISPUTA	MT³	450	R\$ 288,41	R\$ 129.784,50
271	BRITA 0	RESERVADO ME/EPP	MT³	150	R\$ 288,41	R\$ 43.261,50
272	BRITA 1	AMPLA DISPUTA	MT³	450	R\$ 302,69	R\$ 136.210,50
273	BRITA 1	RESERVADO ME/EPP	MT³	150	R\$ 302,69	R\$ 45.403,50
274	BRITA 2	AMPLA DISPUTA	MT³	450	R\$ 201,98	R\$ 90.891,00
275	BRITA 2	RESERVADO ME/EPP	MT³	150	R\$ 201,98	R\$ 30.297,00
276	CIMENTO 50 KG	AMPLA DISPUTA	UND	6000	R\$ 58,62	R\$ 351.720,00
277	CIMENTO 50 KG	RESERVADO ME/EPP	UND	2000	R\$ 58,62	R\$ 117.240,00
278	TELHA CERÂMICA	AMPLA DISPUTA	MLH	60	R\$ 1.341,79	R\$ 80.507,40
279	TELHA CERÂMICA	RESERVADO ME/EPP	MLH	20	R\$ 1.341,79	R\$ 26.835,80
280	TELHA DE FIBRA AMIANTO 2,40 X 0,50 mts 3mm	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	900	R\$ 43,93	R\$ 39.537,00
281	TELHA DE FIBRA AMIANTO 1,10 X 1,80 mts 5mm	EXCLUSIVA ME/EPP	UND	300	R\$ 57,46	R\$ 17.238,00
282	TIJOLO CERÂMICO 6 FUROS	AMPLA DISPUTA	MLH	450	R\$ 781,19	R\$ 351.535,50
283	TIJOLO CERÂMICO 6 FUROS	RESERVADO ME/EPP	MLH	150	R\$ 781,19	R\$ 117.178,50
284	MASSARÁ	AMPLA DISPUTA	MT³	450	R\$ 178,23	R\$ 80.203,50
285	MASSARÁ	RESERVADO ME/EPP	MT³	150	R\$ 178,23	R\$ 26.734,50
286	TALHADEIRA DE 10" PARA ALVENARIA	EXCLUSIVA ME/EPP	Unidades	50	R\$ 32,58	R\$ 1.629,00
287	TRINCO PARA PORTA DE BANHEIRO	EXCLUSIVA ME/EPP	Unidades	100	R\$ 50,67	R\$ 5.067,00
288	VEDA CALHA 400G	EXCLUSIVA ME/EPP	Unidades	50	R\$ 34,77	R\$ 1.738,50
289	TUBO PRÉ-MOLDADO DE 80CM	AMPLA DISPUTA	Unidades	225	R\$ 345,60	R\$ 77.760,00
290	TUBO PRÉ-MOLDADO DE 80CM	RESERVADO ME/EPP	Unidades	75	R\$ 345,60	R\$ 25.920,00
291	TUBO PRÉ-MOLDADO 40X100	EXCLUSIVA ME/EPP	Unidades	300	R\$ 235,33	R\$ 70.599,00
292	MANILHA 100 X 100 REFORÇADA	AMPLA DISPUTA	Unidades	225	R\$ 453,33	R\$ 101.999,25
293	MANILHA 100 X 100 REFORÇADA	RESERVADO ME/EPP	Unidades	75	R\$ 453,33	R\$ 33.999,75
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 4.009.739,52</b>

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. Não há necessidade de informar Dotação Orçamentária nos Editais de licitação para registro de preços uma vez que no sistema de registro de preços não há obrigatoriedade de contratar, e a literatura especializada entende que a indicação da disponibilidade só deve ser obrigatória no momento da efetiva contratação e não quando da abertura da licitação.

Bom Jardim/MA, 09 de agosto de 2024.

Elaborado por:

\_\_\_\_\_  
**CLEUTEGILSON SIQUEIRA GONÇALVES**  
Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

\_\_\_\_\_  
**JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA**  
Secretaria Municipal de Educação

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DE ARAÚJO VARÃO**  
Secretaria Municipal de Saúde

\_\_\_\_\_  
**ELIZETH MEIRELES PIRES DE MELO**  
Secretaria Municipal de Assistência Social

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do município de Bom Jardim/MA, aparado pelo documento de formalização de demanda enviado pelas Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, é a escolha da melhor solução para atender à necessidade para o fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Bom Jardim/MA para atender as necessidades das solicitantes.

### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A necessidade de contratação de uma empresa para o fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico para atender as Secretarias Municipais de Bom Jardim/MA se faz fundamental para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.

Com a demanda constante por materiais de construção, hidráulico e elétrico para a realização de obras e reparos em prédios públicos, ruas e instalações municipais, é essencial que se estabeleça parcerias com fornecedores especializados que possam garantir a entrega dos produtos necessários de forma ágil, eficiente e a preços competitivos.

Além disso, a contratação de uma empresa especializada nesse ramo possibilita que a Prefeitura Municipal de Bom Jardim tenha acesso a uma gama variada de produtos de qualidade, contribuindo para a manutenção da infraestrutura urbana e para a melhoria das condições de vida da população local.

Portanto, a necessidade de contratar uma pessoa jurídica para o fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico visa atender às demandas das Secretarias Municipais, garantindo assim a prestação de serviços públicos de forma eficiente e transparente, em benefício de todos os cidadãos de Bom Jardim/MA.

### 3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1. Sobre o PCA, a Lei 14.133/2021 dispõe:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das

respectivas leis orçamentárias.

3.2. Conforme o exposto, fica evidenciado que a elaboração do Plano de Contratações Anual é facultada a cada ente Federativo, na forma de regulamento, não sendo elemento obrigatório aos processos administrativos regidos pela Nova Lei de Licitações. Ainda assim, vale destacar que o PCA do município de Bom Jardim/MA, está em fase de elaboração, neste momento, realizando as adequações necessárias para o cumprimento de forma integral da Lei Nº. 14.133/21.

3.3. Tão logo esteja finalizado e implantado, todas as contratações estarão devidamente alinhadas, garantindo uma gestão

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos para a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Bom Jardim/MA incluem:

1. Fornecedor de materiais de construção de qualidade comprovada;
2. Disponibilidade dos materiais hidráulicos e elétricos em quantidade suficiente;
3. Cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Bom Jardim;
4. Preços competitivos e transparentes;
5. Garantia dos materiais fornecidos;
6. Atendimento ágil e eficiente em caso de eventuais problemas ou necessidades de reposição;
7. Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da empresa contratada;
8. Apresentação de certidões negativas de débitos junto aos órgãos públicos competentes.

Esses requisitos são indispensáveis para garantir que a solução contratada atenda plenamente às necessidades das Secretarias Municipais e da Prefeitura de Bom Jardim, garantindo a qualidade, a segurança e a eficiência na execução dos serviços públicos.

#### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO:**

##### **1. REALIZAR PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS**

###### **VANTAGENS:**

- Maior transparência no processo de contratação.
- Possibilidade de obter preços mais competitivos.
- Garantia de escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

###### **DESVANTAGENS:**

- Processo demorado e burocrático.

- Necessidade de seguir rigidamente a legislação de licitações.
- Possibilidade de recursos por parte dos concorrentes.

## **2. FIRMAR PARCERIA COM EMPRESAS LOCAIS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO:**

### **VANTAGENS:**

- Estímulo à economia local e geração de empregos.
- Possibilidade de negociação de prazos e condições mais flexíveis com os parceiros.
- Redução dos custos de transporte dos materiais.

### **DESVANTAGENS:**

- Limitação na variedade de materiais disponíveis, podendo comprometer a qualidade das obras.
- Dependência da capacidade produtiva e de estoque das empresas parceiras.
- Necessidade de elaboração de contratos detalhados para garantir o cumprimento das obrigações.

## **3. FIRMAR CONTRATO DE FORNECIMENTO DIRETO COM EMPRESA PREVIAMENTE SELECIONADA:**

### **VANTAGENS:**

- Rapidez na contratação.
- Possibilidade de negociação direta com o fornecedor.
- Maior agilidade no atendimento das demandas das Secretarias Municipais.

### **DESVANTAGENS:**

- Ausência de concorrência, o que pode resultar em preços menos vantajosos.
- Menor transparência no processo de contratação.
- Possibilidade de questionamentos quanto à legalidade do procedimento.

## **4. REALIZAR PARCERIA COM ÓRGÃOS PÚBLICOS OU ENTIDADES PRIVADAS:**

### **VANTAGENS:**

- Compartilhamento de recursos e expertise.
- Possibilidade de obtenção de descontos em compras conjuntas.
- Ampliação da rede de fornecedores.

### **DESVANTAGENS:**

- Dependência de terceiros para a realização das compras.
- Dificuldade na conciliação de interesses e objetivos das partes envolvidas.
- Risco de burocracia excessiva na elaboração de acordos de cooperação.

Ao avaliar cada uma das possíveis soluções listadas, é importante considerar o contexto específico da situação da Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA, levando em conta os aspectos de eficiência, economicidade, legalidade e transparência. A escolha da melhor opção dependerá das necessidades e peculiaridades do órgão público, bem como das condições do mercado de fornecimento de materiais de construção, hidráulico e elétrico.

### **SOLUÇÃO ESCOLHIDA:**

#### **5. REALIZAR PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO E ELÉTRICOS**

##### **VANTAGENS:**

- Maior transparência no processo de contratação.
- Possibilidade de obter preços mais competitivos.
- Garantia de escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

##### **DESVANTAGENS:**

- Processo demorado e burocrático.
- Necessidade de seguir rigidamente a legislação de licitações.
- Possibilidade de recursos por parte dos concorrentes.

#### **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A escolha de realizar um processo licitatório para aquisição dos materiais de construção, hidráulico e elétricos para a Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA se fundamenta em diversos elementos técnicos e operacionais que ressaltam as vantagens dessa decisão.

Em primeiro lugar, a realização de um processo licitatório garante a transparência e a legalidade na aquisição dos materiais, garantindo que todos os fornecedores interessados tenham igualdade de condições para participar do certame. Isso evita possíveis questionamentos legais e garante a conformidade com a legislação vigente.

Além disso, ao realizar a compra dos materiais por meio de um processo licitatório, a Prefeitura poderá obter os produtos por preços mais competitivos, uma vez que a concorrência entre os fornecedores tende a gerar melhores ofertas. Isso possibilitará uma economia de recursos financeiros, mitigando o déficit enfrentado atualmente na manutenção das infraestruturas públicas.

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

Outro aspecto relevante é a garantia da qualidade dos materiais adquiridos, uma vez que os fornecedores participantes do processo licitatório precisam cumprir os requisitos estabelecidos no edital, incluindo a comprovação da qualidade dos produtos ofertados. Dessa forma, a Prefeitura poderá contar com materiais de construção, hidráulico e elétricos de boa qualidade, contribuindo para a durabilidade e eficiência das obras e serviços realizados.

Por fim, a realização de um processo licitatório para aquisição dos materiais de construção, hidráulicos e elétricos também contribui para a eficiência e agilidade na gestão dos recursos públicos, pois permite a seleção dos fornecedores de forma organizada e transparente, garantindo a execução rápida e eficaz das obras e serviços necessários para a manutenção das infraestruturas públicas.

Diante desses aspectos, fica evidente que a escolha de realizar um processo licitatório para aquisição dos materiais em questão é a opção mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA, proporcionando benefícios tanto do ponto de vista técnico quanto econômico, além de garantir a legalidade, transparência e qualidade na aquisição dos materiais necessários para a manutenção das infraestruturas públicas.

## 6. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD
1	ABRAÇADEIRA TIPO U SIMPLES 1/2	UND	100
2	ABRAÇADEIRA TIPO U SIMPLES 1/4	UND	120
3	APAGADOR DUPLO	UND	200
4	APAGADOR SIMPLES	UND	200
5	APAGADOR TRIPLO	UND	80
6	BOCAIS COMUM COM RABICHO	UND	200
7	BOCAIS COMUM SEM RABICHO	UND	60
8	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO MONOFASICO	UND	10
9	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO TRIFASICO	UND	12
10	CAIXA DE PASSAGEM 30X30 CM	UND	36
11	CANAleta EXTERNA	UND	160
12	CONDUÍTE FLEXÍVEL DE 20MM	UND	800
13	CONDUÍTE FLEXÍVEL DE 25MM	UND	600
14	CURVA DE PVC 20MM	UND	140
15	CURVA DE PVC 32MM	UND	400
16	CURVA DE PVC 40MM	UND	200
17	DISJUNTOR MONOFASICO DE 10 AMPERES	UND	100
18	DISJUNTOR MONOFASICO DE 20 AMPERES	UND	120
19	DISJUNTOR MONOFÁSICO DE 25 AMPERES	UND	100
20	DISJUNTOR MONOFASICO DE 32 AMPERES	UND	80
21	DISJUNTOR MONOFASICO DE 40 AMPERES	UND	40
22	DISJUNTOR MONOFASICO DE 50 AMPERES	UND	60

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

23	DISJUNTOR TRIFASICO DE 32 AMPERES	UND	40
24	DISJUNTOR TRIFASICO DE 40 AMPERES	UND	50
25	DISJUNTOR TRIFASICO DE 50 AMPERES	UND	60
26	DISJUNTOR TRIFASICO DE 60 AMPERES	UND	40
27	ELETRODUTO PVC 3M X 20MM	UND	160
28	ELETRODUTO PVC 3M X 32MM	UND	160
29	ELETRODUTO PVC 3M X 40MM	UND	46
30	FIO FLEXÍVEL 2X1,5 PEÇA C/ 100M	Peças	20
31	FIO FLEXÍVEL 2X4 PEÇA C/ 100M	Peças	16
32	FIO FLEXÍVEL 2X6 PEÇA C/ 100M	Peças	16
33	FIO FLEXÍVEL 2X10 PEÇA C/ 100M	UND	12
34	FITA ISOLANTE ALTA TENSÃO 10 M	UND	80
35	FITA ISOLANTE ALTA TENSÃO 20M	UND	60
36	FITA ISOLANTE BAIXA TENSÃO 20M	UND	60
37	FITA ISOLANTE BAIXA TENSÃO C/ 10M	UND	80
38	HASTE PARA ATERRAMENTO 5/8X3M	UND	100
39	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 15W	UND	230
40	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 30W	UND	200
41	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 50W	UND	200
42	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 70W	UND	100
43	LÂMPADA LED BULBO 12W	UND	400
44	LÂMPADA LED BULBO 20W	UND	400
45	LÂMPADA LED BULBO 15W	UND	400
46	LÂMPADA LED BULBO 30W	UND	150
47	LÂMPADA LED BULBO 50W	UND	150
48	LÂMPADA LED BULBO 40W	UND	150
49	LÂMPADAS TUBULAR FLUORESCENTE 20W	UND	120
50	LUMINÁRIA TUBULAR SOBREPOR LED LINEAR CAPA PRETO 60CM 20W	UND	120
51	PONTALETE DE 1,20M	UND	120
52	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE 10 DISJUNTORES	UND	12
53	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE 12 DISJUNTORES	UND	10
54	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE 16 DISJUNTORES	UND	20
55	REFLETOR DE LED 250W	UND	80
56	REFLETOR DE LED 400W	UND	60
57	TOMADA CEGA	UND	80
58	TOMADA COM APAGADOR	UND	100
59	TOMADA COMUM	UND	80
60	TOMADA DUPLA	UND	100
61	ADAPTADOR 20MM	UND	160
62	ADAPTADOR DE 50MM	UND	160
63	ADAPTADOR DE 60MM	UND	240
64	ADESIVO PVC C/ 75G	UND	400
65	CANO ESGOTO 100 MM PVC	UND	60

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

66	CANO ESGOTO 150MM PVC	UND	50
67	CANO ESGOTO 40MM PVC	UND	120
68	CANO RÍGIDO SOLDABEL 20MM	UND	200
69	CANO RÍGIDO SOLDABEL 25MM	UND	200
70	CANO RÍGIDO SOLDABEL 32MM	UND	100
71	CANO RÍGIDO SOLDABEL 40MM	UND	160
72	CANO RÍGIDO SOLDABEL 50MM	UND	100
73	CANO SOLDABEL 60MM	UND	80
74	JOELHO DE ESGOTO 100	UND	120
75	JOELHO DE ESGOTO 150	UND	140
76	JOELHO DE ESGOTO 200	UND	80
77	JOELHO DE ESGOTO 40	UND	100
78	JOELHO DE ESGOTO 50	UND	120
79	JOELHO DE ESGOTO 75	UND	100
80	JOELHO L/R 20	UND	300
81	JOELHO L/R 25	UND	100
82	JOELHO LISO 20MM	UND	400
83	JOELHO 40MM	UND	200
84	JOELHO LISO SOLDABEL 50	UND	120
85	JOELHO LISO SOLDABEL 60	UND	100
86	LUVA DE ESGOTO 100	UND	120
87	LUVA DE ESGOTO 40	UND	160
88	LUVA DE ESGOTO 50	UND	200
89	LUVA DE ESGOTO 75	UND	100
90	LUVA LISA SOLDABEL 20	UND	400
91	LUVA LISA SOLDABEL 32	UND	100
92	LUVA LISA SOLDABEL 40	UND	200
93	LUVA LISA SOLDABEL 50	UND	160
94	LUVA LISA SOLDABEL 60	UND	200
95	REDUÇÃO 50X20 SOLDABEL	UND	100
96	REDUÇÃO 60X50 SOLDABEL	UND	120
97	REGISTRO COMUM 25MM	UND	200
98	REGISTRO COMUM 32MM	UND	200
99	REGISTRO COMUM 40MM	UND	180
100	REGISTRO COMUM 50MM	UND	180
101	REGISTRO COMUM 60MM	UND	160
102	REGISTRO COMUM DE 20MM	UND	120
103	REGISTRO INOX 20MM	UND	60
104	TÊ 20 SOLDABEL LISO	UND	360
105	TÊ 40 SOLDABEL LISO	UND	200
106	TÊ 50 SOLDABEL LISO	UND	120
107	TÊ 60 SOLDABEL LISO	UND	120
108	TÊ DE ESGOTO 100	UND	100

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

109	TÊ DE ESGOTO 40	UND	100
110	TÊ DE ESGOTO 50	UND	120
111	TÊ DE ESGOTO 75	UND	100
112	TÊ DE ESGOTO 150	UND	80
113	VEDA ROSCA 25M	UND	220
114	VEDA ROSCA 50M	UND	200
115	TORNEIRA COM FILTRO DE PLÁSTICO	UND	80
116	TORNEIRA COM FILTRO INOX	UND	40
117	TORNEIRA DE JARDIM PRETA	UND	120
118	TORNEIRA DE LAVATÓRIO BRANCA	UND	160
119	TORNEIRA PARA PIA INOX CURTA	UND	60
120	TORNEIRA PARA PIA INOX LONGA	UND	60
121	ARAME PRÉ COZIDO kg	Quilogramas	300
122	COLUNA ARMADA 3/8	UND	160
123	FERRO ½	UND	60
124	FERRO ¼	UND	100
125	FERRO 3/8	UND	100
126	FERRO 4.2	UND	100
127	FERRO 5.0	UND	120
128	FERRO 5/16	UND	100
129	TRELIÇA DE 6 MT COM FERRO DE ¼	UND	160
130	TELA ALAMBRADO GALVANIZADO, FIO 18 MALHA DE 2 POLEGADAS ROLO COM 50 X 1,50	Rolos	250
131	ARGAMASSA AC I 20kg	UND	900
132	ARGAMASSA AC II 20kg	UND	600
133	ARGAMASSA AC III 20kg	UND	600
134	ASSENTO SANITÁRIO OVAL (TAMPA VASO UNIVERSAL BRANCO)	UND	150
135	ENGATE FLEXÍVEL 30	UND	30
136	CAIXA D'ÁGUA 10.000 LITROS C/TAMPA	UND	5
137	CAIXA D'ÁGUA 20.000 LITROS C/TAMPA	UND	2
138	CAIXA D'ÁGUA 2.000 LITROS C/TAMPA	UND	16
139	CAIXA D'ÁGUA 500 LITROS C/TAMPA	UND	12
140	CAIXA DE DESCARGA DE 9 LITROS	UND	150
141	CHUVEIRO CROMADO 9"	UND	30
142	CHUVEIRO PVC BRANCO	UND	50
143	COLA BRANCA 1000ML	UND	120
144	CUBA DE LOUÇA REDONDA	UND	10
145	MASSA ACRILICA 18L	UND	100
146	MASSA ACRILICA 3,6L	UND	80
147	MASSA CORRIDA PVA 18LT	UND	50
148	PIA DE INOX 1,20	UND	28
149	PIA DE INOX 2,00	UND	30
150	PIA DE LOUÇA DE BANHEIRO	UND	50

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

151	PARAFUSO DE VASO	UND	72
152	PISO CERÂMICA TIPO A	MT	2000
153	PISO REVESTIMENTO	MT	1500
154	REJUNTE	UND	400
155	SIFÃO GARGANTA	UND	120
156	SIFÃO GARGANTA DUPLO	UND	60
157	VASO SANITÁRIO ACOPLADO	UND	100
158	VASO SANITÁRIO COMUM	UND	60
159	VERNIZ CORPAL P/ MADEIRA 900ML	UND	50
160	VERNIZ CORPAL P/ MADEIRA 3,6L	UND	40
161	VÁLVULA COMUM	UND	44
162	VÁLVULA DE DESCARGA	UND	400
163	VÁLVULA DE PIA INOX	UND	60
164	VEDA ANEL	UND	60
165	ARRUELA ½	UND	200
166	ARRUELA 1/4	UND	400
167	ARRUELA 3/8	UND	400
168	ARRUELA 5/16	UND	400
169	CARRO DE MÃO GALVANIZADO	UND	50
170	CAVADEIRA ARTICULADA	UND	20
171	CAVADOR COM CABO	UND	80
172	CHAVE DE COMBINADA 10MM	UND	20
173	CHAVE DE COMBINADA 20MM	UND	60
174	CHAVE ESTRELA 1/4X8	UND	40
175	CHAVE ESTRELA 3/16	UND	50
176	CHAVE ESTRELA 5/16	UND	60
177	CHAVE DE FENDA 3/8X8	UND	80
178	CHAVE DE FENDA 3/16X8	UND	60
179	CHAVE DE GRIFO 18	UND	20
180	CHIBANCA	UND	60
181	BROCAS PARA CONCRETO 10MM	UND	80
182	BROCAS PARA FERRO 10MM	UND	100
183	CADEADO 20 MM	UND	20
184	CADEADO 30 MM	UND	60
185	CADEADO 45 MM	UND	60
186	CORRENTE 5	UND	40
187	DISCO TURBO DIAMANTADO P ALVENÁRIA	UND	80
188	DISCO TURBO DIAMANTADO P LAJOTA	UND	100
189	ENXADA COM CABO 2.1/2	UND	20
190	ENXADÃO COM CABO	UND	30
191	ESCOVA DE AÇO	UND	100
192	ESPÁTULA ¾	UND	110
193	ESQUADRO DE ALUMINIO 30CM	UND	42

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

194	ESQUADRO DE ALUMINIO 40CM	UND	42
195	FACÃO PARA MATO 18 POL	UND	40
196	LÂMINA PARA ROÇADEIRA TRÊS PONTAS 250MM	UND	60
197	LIMA CHATA C/ CABO P/ ENXADA	UND	20
198	LIMA CHATA SEM CABO PARA ENXADA	UND	20
199	LIMA PARA SERROTE	UND	40
200	LIMATÃO	UND	20
201	MARTELO Nº 24	UND	40
202	MASSEIRA	UND	80
203	PÁ DE BICO COM CABO	UND	40
204	PÁ SEM CABO	UND	40
205	PARAFUSO FRANCÊS 1/4X2,0	UND	100
206	PARAFUSO FRANCÊS POLIDO 1/4X3,0	UND	100
207	PARAFUSO FRANCÊS POLIDO 1/4X3,0 ½	UND	100
208	PARAFUSO ZINCADO 4,2X30	UND	40
209	PICARETA COM CABO	UND	60
210	PORCAS ½	UND	200
211	PORCAS ¼	UND	400
212	PORCAS 3/8	UND	300
213	PORCAS 5/16	UND	300
214	PREGO 15X18	UND	120
215	PREGO 3X8	UND	200
216	PREGO TELHEIRO 2.1/2X10	UND	120
217	PRUMO 700 G	UND	50
218	TALHADEIRA 12	UND	60
219	TALHADEIRA 8	UND	100
220	TRENA 5M	UND	100
221	TRENA 8M	UND	60
222	VASSOURÃO COM CABO	UND	96
223	FORMÃO P MADEIRA ¾	UND	80
224	BASCULANTE DE ALUMINIO 40X40 CM	UND	30
225	BASCULANTE DE ALUMINIO 60X60 CM	UND	40
226	BISNAGA COLORIDA 50 ML	UND	400
227	CAL PCT 20 KG	Pacotes	1.500
228	DOBRADIÇA GALVANIZADA 850X3	UND	60
229	DOBRADIÇA OXIDADA 850X4	UND	60
230	ESMALTE SINTÉTICO 3,6L	UND	30
231	ESMALTE SINTÉTICO 900ML	UND	40
232	ESQUADRIAS DE MADEIRA	UND	20
233	FECHADURA INOX EXTERNA	UND	120
234	FECHADURA INOX INTERNA	UND	70
235	JANELA DE ALUMINIO CORRER 1M X 1M	UND	50
236	JANELA DE MADEIRA 1,4M X 1,2M	UND	50

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

237	JANELA DE MADEIRA 1M X 1M	UND	50
238	PORTA DE COMPENSADO 2,1X0,8 M	UND	100
239	PORTA DE MADEIRA 2,1X0,8M	UND	100
240	PORTA SANFONADA DE PVC 2,1X0,8M	UND	50
241	ROLO DE ESPUMA 15CM	UND	70
242	ROLO DE ESPUMA 5CM	UND	60
243	ROLO DE ESPUMA 9CM	UND	40
244	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 15CM	UND	30
245	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 23CM	UND	40
246	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 5CM	UND	40
247	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 9CM	UND	40
248	SELADOR ACRÍLICO 18L	UND	60
249	SELADOR ACRÍLICO 3,6L	UND	50
250	SELADORA PARA MADEIRA 3,6L	UND	60
251	TINTA ACRILICA 18L	UND	140
252	TINTA ACRÍLICA 3,6L	UND	130
253	TINTA DE PISO 18L	UND	40
254	TINTA DE PISO 3,6L	UND	60
255	TINTA EM PÓ 2KG	UND	200
256	TINTA SPRAY COMUM 350ML	UND	60
257	TRINCHA ½	UND	60
258	TRINCHA 2	UND	40
259	TRINCHA ¾	UND	40
260	BASCULANTE 40X60	UND	20
261	BASCULANTE 40X80	UND	20
262	FIXADOR P CAL 150ML	UND	600
263	GARFO P ROLO 46CM	UND	36
264	AREIA LAVADA	MT³	900
265	AREIA COMUM	MT³	900
266	AREIA PRETA	MT³	600
267	BRITA 0	MT³	600
268	BRITA 1	MT³	600
269	BRITA 2	MT³	600
270	CIMENTO 50 KG	UND	8000
271	TELHA CERÂMICA	MLH	80
272	TELHA DE FIBRA AMIANTO 2,40 X 0,50 mts 3mm	UND	900
273	TELHA DE FIBRA AMIANTO 1,10 X 1,80 mts 5mm	UND	300
274	TIJOLO CERÂMICO 6 FUROS	MLH	600
275	MASSARÁ	MT³	600
276	TALHADEIRA DE 10" PARA ALVENARIA	Unidades	50
277	TRINCO PARA PORTA DE BANHEIRO	Unidades	100
278	VEDA CALHA 400G	Unidades	50
279	TUBO PRÉ-MOLDADO DE 80x100CM	Unidades	300

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

281	MANILHA 100 X 100 REFORÇADA	Unidades	300
-----	-----------------------------	----------	-----

## 8. ESTIMATIVA DE PREÇO

**8.1.** Dessa forma, a estimativa dos valores unitários e globais desta contratação, baseou-se em pesquisa simplificada de preços, com base no consumo histórico dos últimos anos a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, de modo a avaliar a viabilidade econômica, conforme Planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD	VRL.UNIT	VRL.TOTAL
1	ABRAÇADEIRA TIPO U SIMPLES 1/2	UND	100	R\$ 1,78	R\$ 178,00
2	ABRAÇADEIRA TIPO U SIMPLES 1/4	UND	120	R\$ 2,73	R\$ 327,60
3	APAGADOR DUPLO	UND	200	R\$ 11,64	R\$ 2.328,00
4	APAGADOR SIMPLES	UND	200	R\$ 7,09	R\$ 1.418,00
5	APAGADOR TRIPLO	UND	80	R\$ 15,30	R\$ 1.224,00
6	BOCAIS COMUM COM RABICHO	UND	200	R\$ 4,43	R\$ 886,00
7	BOCAIS COMUM SEM RABICHO	UND	60	R\$ 2,09	R\$ 125,40
8	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO MONOFASICO	UND	10	R\$ 52,59	R\$ 525,90
9	CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO TRIFASICO	UND	12	R\$ 92,75	R\$ 1.113,00
10	CAIXA DE PASSAGEM 30X30 CM	UND	36	R\$ 22,44	R\$ 807,84
11	CANAleta EXTERNA	UND	160	R\$ 8,02	R\$ 1.283,20
12	CONDUÍTE FLEXÍVEL DE 20MM	UND	800	R\$ 5,07	R\$ 4.056,00
13	CONDUÍTE FLEXÍVEL DE 25MM	UND	600	R\$ 8,65	R\$ 5.190,00
14	CURVA DE PVC 20MM	UND	140	R\$ 1,80	R\$ 252,00
15	CURVA DE PVC 32MM	UND	400	R\$ 5,47	R\$ 2.188,00
16	CURVA DE PVC 40MM	UND	200	R\$ 16,71	R\$ 3.342,00
17	DISJUNTOR MONOFASICO DE 10 AMPERES	UND	100	R\$ 7,78	R\$ 778,00
18	DISJUNTOR MONOFASICO DE 20 AMPERES	UND	120	R\$ 10,51	R\$ 1.261,20
19	DISJUNTOR MONOFÁSICO DE 25 AMPERES	UND	100	R\$ 11,74	R\$ 1.174,00
20	DISJUNTOR MONOFASICO DE 32 AMPERES	UND	80	R\$ 12,69	R\$ 1.015,20
21	DISJUNTOR MONOFASICO DE 40 AMPERES	UND	40	R\$ 14,75	R\$ 590,00
22	DISJUNTOR MONOFASICO DE 50 AMPERES	UND	60	R\$ 17,96	R\$ 1.077,60
23	DISJUNTOR TRIFASICO DE 32 AMPERES	UND	40	R\$ 35,29	R\$ 1.411,60
24	DISJUNTOR TRIFASICO DE 40 AMPERES	UND	50	R\$ 63,50	R\$ 3.175,00
25	DISJUNTOR TRIFASICO DE 50 AMPERES	UND	60	R\$ 40,05	R\$ 2.403,00
26	DISJUNTOR TRIFASICO DE 60 AMPERES	UND	40	R\$ 76,81	R\$ 3.072,40
27	ELETRODUTO PVC 3M X 20MM	UND	160	R\$ 9,19	R\$ 1.470,40
28	ELETRODUTO PVC 3M X 32MM	UND	160	R\$ 15,50	R\$ 2.480,00
29	ELETRODUTO PVC 3M X 40MM	UND	46	R\$ 30,66	R\$ 1.410,36
30	FIO FLEXÍVEL 2X1,5 PEÇA C/ 100M	Peças	20	R\$ 71,27	R\$ 1.425,40
31	FIO FLEXÍVEL 2X4 PEÇA C/ 100M	Peças	16	R\$ 171,00	R\$ 2.736,00
32	FIO FLEXÍVEL 2X6 PEÇA C/ 100M	Peças	16	R\$ 243,63	R\$ 3.898,08
33	FIO FLEXÍVEL 2X10 PEÇA C/ 100M	UND	12	R\$ 532,86	R\$ 6.394,32

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

34	FITA ISOLANTE ALTA TENSÃO 10 M	UND	80	R\$ 19,20	R\$ 1.536,00
35	FITA ISOLANTE ALTA TENSÃO 20M	UND	60	R\$ 6,43	R\$ 385,80
36	FITA ISOLANTE BAIXA TENSÃO 20M	UND	60	R\$ 7,80	R\$ 468,00
37	FITA ISOLANTE BAIXA TENSÃO C/ 10M	UND	80	R\$ 4,01	R\$ 320,80
38	HASTE PARA ATERRAMENTO 5/8X3M	UND	100	R\$ 53,95	R\$ 5.395,00
39	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 15W	UND	230	R\$ 7,31	R\$ 1.681,30
40	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 30W	UND	200	R\$ 15,29	R\$ 3.058,00
41	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 50W	UND	200	R\$ 51,04	R\$ 10.208,00
42	LÂMPADA COMPACTA FLUORESCENTE 70W	UND	100	R\$ 54,85	R\$ 5.485,00
43	LÂMPADA LED BULBO 12W	UND	400	R\$ 8,52	R\$ 3.408,00
44	LÂMPADA LED BULBO 20W	UND	400	R\$ 18,67	R\$ 7.468,00
45	LÂMPADA LED BULBO 15W	UND	400	R\$ 6,01	R\$ 2.404,00
46	LÂMPADA LED BULBO 30W	UND	150	R\$ 36,17	R\$ 5.425,50
47	LÂMPADA LED BULBO 50W	UND	150	R\$ 24,00	R\$ 3.600,00
48	LÂMPADA LED BULBO 40W	UND	150	R\$ 18,04	R\$ 2.706,00
49	LÂMPADAS TUBULAR FLUORESCENTE 20W	UND	120	R\$ 28,00	R\$ 3.360,00
50	LUMINÁRIA TUBULAR SOBREPOR LED LINEAR CAPA PRETO 60CM 20W	UND	120	R\$ 57,02	R\$ 6.842,40
51	PONTALETE DE 1,20M	UND	120	R\$ 16,32	R\$ 1.958,40
52	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE 10 DISJUNTORES	UND	12	R\$ 26,75	R\$ 321,00
53	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE 12 DISJUNTORES	UND	10	R\$ 59,51	R\$ 595,10
54	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE 16 DISJUNTORES	UND	20	R\$ 102,99	R\$ 2.059,80
55	REFLETOR DE LED 250W	UND	80	R\$ 137,26	R\$ 10.980,80
56	REFLETOR DE LED 400W	UND	60	R\$ 98,99	R\$ 5.939,40
57	TOMADA CEGA	UND	80	R\$ 4,33	R\$ 346,40
58	TOMADA COM APAGADOR	UND	100	R\$ 13,85	R\$ 1.385,00
59	TOMADA COMUM	UND	80	R\$ 5,91	R\$ 472,80
60	TOMADA DUPLA	UND	100	R\$ 13,75	R\$ 1.375,00
61	ADAPTADOR 20MM	UND	160	R\$ 3,31	R\$ 529,60
62	ADAPTADOR DE 50MM	UND	160	R\$ 5,35	R\$ 856,00
63	ADAPTADOR DE 60MM	UND	240	R\$ 7,76	R\$ 1.862,40
64	ADESIVO PVC C/ 75G	UND	400	R\$ 3,96	R\$ 1.584,00
65	CANO ESGOTO 100 MM PVC	UND	60	R\$ 43,48	R\$ 2.608,80
66	CANO ESGOTO 150MM PVC	UND	50	R\$ 139,73	R\$ 6.986,50
67	CANO ESGOTO 40MM PVC	UND	120	R\$ 41,47	R\$ 4.976,40
68	CANO RÍGIDO SOLDAVEL 20MM	UND	200	R\$ 16,34	R\$ 3.268,00
69	CANO RÍGIDO SOLDAVEL 25MM	UND	200	R\$ 17,47	R\$ 3.494,00
70	CANO RÍGIDO SOLDAVEL 32MM	UND	100	R\$ 42,13	R\$ 4.213,00
71	CANO RÍGIDO SOLDAVEL 40MM	UND	160	R\$ 56,25	R\$ 9.000,00
72	CANO RÍGIDO SOLDAVEL 50MM	UND	100	R\$ 58,18	R\$ 5.818,00
73	CANO SOLDAVEL 60MM	UND	80	R\$ 131,90	R\$ 10.552,00
74	JOELHO DE ESGOTO 100	UND	120	R\$ 6,45	R\$ 774,00
75	JOELHO DE ESGOTO 150	UND	140	R\$ 25,58	R\$ 3.581,20

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

76	JOELHO DE ESGOTO 200	UND	80	R\$ 77,11	R\$ 6.168,80
77	JOELHO DE ESGOTO 40	UND	100	R\$ 1,32	R\$ 132,00
78	JOELHO DE ESGOTO 50	UND	120	R\$ 4,60	R\$ 552,00
79	JOELHO DE ESGOTO 75	UND	100	R\$ 6,10	R\$ 610,00
80	JOELHO L/R 20	UND	300	R\$ 1,70	R\$ 510,00
81	JOELHO L/R 25	UND	100	R\$ 3,30	R\$ 330,00
82	JOELHO LISO 20MM	UND	400	R\$ 0,51	R\$ 204,00
83	JOELHO 40MM	UND	200	R\$ 0,72	R\$ 144,00
84	JOELHO LISO SOLDAVEL 50	UND	120	R\$ 7,13	R\$ 855,60
85	JOELHO LISO SOLDAVEL 60	UND	100	R\$ 24,06	R\$ 2.406,00
86	LUVA DE ESGOTO 100	UND	120	R\$ 7,63	R\$ 915,60
87	LUVA DE ESGOTO 40	UND	160	R\$ 2,33	R\$ 372,80
88	LUVA DE ESGOTO 50	UND	200	R\$ 3,58	R\$ 716,00
89	LUVA DE ESGOTO 75	UND	100	R\$ 6,16	R\$ 616,00
90	LUVA LISA SOLDAVEL 20	UND	400	R\$ 2,12	R\$ 848,00
91	LUVA LISA SOLDAVEL 32	UND	100	R\$ 3,14	R\$ 314,00
92	LUVA LISA SOLDAVEL 40	UND	200	R\$ 6,40	R\$ 1.280,00
93	LUVA LISA SOLDAVEL 50	UND	160	R\$ 7,41	R\$ 1.185,60
94	LUVA LISA SOLDAVEL 60	UND	200	R\$ 10,53	R\$ 2.106,00
95	REDUÇÃO 50X20 SOLDAVEL	UND	100	R\$ 4,38	R\$ 438,00
96	REDUÇÃO 60X50 SOLDAVEL	UND	120	R\$ 10,61	R\$ 1.273,20
97	REGISTRO COMUM 25MM	UND	200	R\$ 14,40	R\$ 2.880,00
98	REGISTRO COMUM 32MM	UND	200	R\$ 15,62	R\$ 3.124,00
99	REGISTRO COMUM 40MM	UND	180	R\$ 19,62	R\$ 3.531,60
100	REGISTRO COMUM 50MM	UND	180	R\$ 27,78	R\$ 5.000,40
101	REGISTRO COMUM 60MM	UND	160	R\$ 31,77	R\$ 5.083,20
102	REGISTRO COMUM DE 20MM	UND	120	R\$ 9,85	R\$ 1.182,00
103	REGISTRO INOX 20MM	UND	60	R\$ 48,19	R\$ 2.891,40
104	TÊ 20 SOLDAVEL LISO	UND	360	R\$ 3,49	R\$ 1.256,40
105	TÊ 40 SOLDAVEL LISO	UND	200	R\$ 7,58	R\$ 1.516,00
106	TÊ 50 SOLDAVEL LISO	UND	120	R\$ 8,80	R\$ 1.056,00
107	TÊ 60 SOLDAVEL LISO	UND	120	R\$ 15,30	R\$ 1.836,00
108	TÊ DE ESGOTO 100	UND	100	R\$ 25,58	R\$ 2.558,00
109	TÊ DE ESGOTO 40	UND	100	R\$ 3,49	R\$ 349,00
110	TÊ DE ESGOTO 50	UND	120	R\$ 4,58	R\$ 549,60
111	TÊ DE ESGOTO 75	UND	100	R\$ 11,52	R\$ 1.152,00
112	TÊ DE ESGOTO 150	UND	80	R\$ 77,11	R\$ 6.168,80
113	VEDA ROSCA 25M	UND	220	R\$ 4,19	R\$ 921,80
114	VEDA ROSCA 50M	UND	200	R\$ 6,30	R\$ 1.260,00
115	TORNEIRA COM FILTRO DE PLÁSTICO	UND	80	R\$ 44,13	R\$ 3.530,40
116	TORNEIRA COM FILTRO INOX	UND	40	R\$ 113,00	R\$ 4.520,00
117	TORNEIRA DE JARDIM PRETA	UND	120	R\$ 2,72	R\$ 326,40
118	TORNEIRA DE LAVATÓRIO BRANCA	UND	160	R\$ 13,18	R\$ 2.108,80

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

119	TORNEIRA PARA PIA INOX CURTA	UND	60	R\$ 41,25	R\$ 2.475,00
120	TORNEIRA PARA PIA INOX LONGA	UND	60	R\$ 60,34	R\$ 3.620,40
121	ARAME PRÉ COZIDO kg	Quilogramas	300	R\$ 36,49	R\$ 10.947,00
122	COLUNA ARMADA 3/8	UND	160	R\$ 127,00	R\$ 20.320,00
123	FERRO ½	UND	60	R\$ 80,10	R\$ 4.806,00
124	FERRO ¼	UND	100	R\$ 31,10	R\$ 3.110,00
125	FERRO 3/8	UND	100	R\$ 39,10	R\$ 3.910,00
126	FERRO 4.2	UND	100	R\$ 29,26	R\$ 2.926,00
127	FERRO 5.0	UND	120	R\$ 16,10	R\$ 1.932,00
128	FERRO 5/16	UND	100	R\$ 31,00	R\$ 3.100,00
129	TRELIÇA DE 6 MT COM FERRO DE ¼	UND	160	R\$ 49,49	R\$ 7.918,40
130	TELA ALAMBRADO GALVANIZADO, FIO 18 MALHA DE 2 POLEGADAS ROLO COM 50 X 1,50	Rolos	250	R\$ 675,58	R\$ 168.895,00
131	ARGAMASSA AC I 20kg	UND	900	R\$ 11,09	R\$ 9.981,00
132	ARGAMASSA AC II 20kg	UND	600	R\$ 23,65	R\$ 14.190,00
133	ARGAMASSA AC III 20kg	UND	600	R\$ 27,61	R\$ 16.566,00
134	ASSENTO SANITÁRIO OVAL (TAMPA VASO UNIVERSAL BRANCO)	UND	150	R\$ 35,05	R\$ 5.257,50
135	ENGATE FLEXÍVEL 30	UND	30	R\$ 7,81	R\$ 234,30
136	CAIXA D'ÁGUA 10.000 LITROS C/TAMPA	UND	5	R\$ 4.346,60	R\$ 21.733,00
137	CAIXA D'ÁGUA 20.000 LITROS C/TAMPA	UND	2	R\$ 8.096,45	R\$ 16.192,90
138	CAIXA D'ÁGUA 2.000 LITROS C/TAMPA	UND	16	R\$ 1.081,44	R\$ 17.303,04
139	CAIXA D'ÁGUA 500 LITROS C/TAMPA	UND	12	R\$ 248,86	R\$ 2.986,32
140	CAIXA DE DESCARGA DE 9 LITROS	UND	150	R\$ 34,90	R\$ 5.235,00
141	CHUVEIRO CROMADO 9"	UND	30	R\$ 105,70	R\$ 3.171,00
142	CHUVEIRO PVC BRANCO	UND	50	R\$ 7,83	R\$ 391,50
143	COLA BRANCA 1000ML	UND	120	R\$ 16,03	R\$ 1.923,60
144	CUBA DE LOUÇA REDONDA	UND	10	R\$ 67,57	R\$ 675,70
145	MASSA ACRILICA 18L	UND	100	R\$ 115,54	R\$ 11.554,00
146	MASSA ACRILICA 3,6L	UND	80	R\$ 34,13	R\$ 2.730,40
147	MASSA CORRIDA PVA 18LT	UND	50	R\$ 77,70	R\$ 3.885,00
148	PIA DE INOX 1,20	UND	28	R\$ 178,81	R\$ 5.006,68
149	PIA DE INOX 2,00	UND	30	R\$ 446,65	R\$ 13.399,50
150	PIA DE LOUÇA DE BANHEIRO	UND	50	R\$ 130,60	R\$ 6.530,00
151	PARAFUSO DE VASO	UND	72	R\$ 5,20	R\$ 374,40
152	PISO CERÂMICA TIPO A	MT	2000	R\$ 31,89	R\$ 63.780,00
153	PISO REVESTIMENTO	MT	1500	R\$ 24,59	R\$ 36.885,00
154	REJUNTE	UND	400	R\$ 16,44	R\$ 6.576,00
155	SIFÃO GARGANTA	UND	120	R\$ 14,20	R\$ 1.704,00
156	SIFÃO GARGANTA DUPLO	UND	60	R\$ 20,01	R\$ 1.200,60
157	VASO SANITÁRIO ACOPLADO	UND	100	R\$ 391,13	R\$ 39.113,00
158	VASO SANITÁRIO COMUM	UND	60	R\$ 174,66	R\$ 10.479,60
159	VERNIZ CORPAL P/ MADEIRA 900ML	UND	50	R\$ 22,94	R\$ 1.147,00

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

160	VERNIZ CORPAL P/ MADEIRA 3,6L	UND	40	R\$ 81,65	R\$ 3.266,00
161	VÁLVULA COMUM	UND	44	R\$ 16,84	R\$ 740,96
162	VÁLVULA DE DESCARGA	UND	400	R\$ 108,99	R\$ 43.596,00
163	VÁLVULA DE PIA INOX	UND	60	R\$ 16,84	R\$ 1.010,40
164	VEDA ANEL	UND	60	R\$ 7,66	R\$ 459,60
165	ARRUELA ½	UND	200	R\$ 0,42	R\$ 84,00
166	ARRUELA 1/4	UND	400	R\$ 0,17	R\$ 68,00
167	ARRUELA 3/8	UND	400	R\$ 0,26	R\$ 104,00
168	ARRUELA 5/16	UND	400	R\$ 0,13	R\$ 52,00
169	CARRO DE MÃO GALVANIZADO	UND	50	R\$ 199,85	R\$ 9.992,50
170	CAVADEIRA ARTICULADA	UND	20	R\$ 84,20	R\$ 1.684,00
171	CAVADOR COM CABO	UND	80	R\$ 34,90	R\$ 2.792,00
172	CHAVE DE COMBINADA 10MM	UND	20	R\$ 7,55	R\$ 151,00
173	CHAVE DE COMBINADA 20MM	UND	60	R\$ 11,87	R\$ 712,20
174	CHAVE ESTRELA 1/4X8	UND	40	R\$ 6,21	R\$ 248,40
175	CHAVE ESTRELA 3/16	UND	50	R\$ 13,20	R\$ 660,00
176	CHAVE ESTRELA 5/16	UND	60	R\$ 7,45	R\$ 447,00
177	CHAVE DE FENDA 3/8X8	UND	80	R\$ 15,94	R\$ 1.275,20
178	CHAVE DE FENDA 3/16X8	UND	60	R\$ 15,94	R\$ 956,40
179	CHAVE DE GRIFO 18	UND	20	R\$ 95,99	R\$ 1.919,80
180	CHIBANCA	UND	60	R\$ 79,36	R\$ 4.761,60
181	BROCAS PARA CONCRETO 10MM	UND	80	R\$ 13,34	R\$ 1.067,20
182	BROCAS PARA FERRO 10MM	UND	100	R\$ 10,90	R\$ 1.090,00
183	CADEADO 20 MM	UND	20	R\$ 15,33	R\$ 306,60
184	CADEADO 30 MM	UND	60	R\$ 23,50	R\$ 1.410,00
185	CADEADO 45 MM	UND	60	R\$ 29,10	R\$ 1.746,00
186	CORRENTE 5	UND	40	R\$ 75,00	R\$ 3.000,00
187	DISCO TURBO DIAMANTADO P ALVENÁRIA	UND	80	R\$ 27,45	R\$ 2.196,00
188	DISCO TURBO DIAMANTADO P LAJOTA	UND	100	R\$ 31,80	R\$ 3.180,00
189	ENXADA COM CABO 2.1/2	UND	20	R\$ 32,14	R\$ 642,80
190	ENXADÃO COM CABO	UND	30	R\$ 56,18	R\$ 1.685,40
191	ESCOVA DE AÇO	UND	100	R\$ 11,54	R\$ 1.154,00
192	ESPÁTULA ¾	UND	110	R\$ 7,45	R\$ 819,50
193	ESQUADRO DE ALUMINIO 30CM	UND	42	R\$ 18,62	R\$ 782,04
194	ESQUADRO DE ALUMINIO 40CM	UND	42	R\$ 17,09	R\$ 717,78
195	FACÃO PARA MATO 18 POL	UND	40	R\$ 46,00	R\$ 1.840,00
196	LÂMINA PARA ROÇADEIRA TRÊS PONTAS 250MM	UND	60	R\$ 44,99	R\$ 2.699,40
197	LIMA CHATA C/ CABO P/ ENXADA	UND	20	R\$ 26,70	R\$ 534,00
198	LIMA CHATA SEM CABO PARA ENXADA	UND	20	R\$ 17,90	R\$ 358,00
199	LIMA PARA SERROTE	UND	40	R\$ 26,70	R\$ 1.068,00
200	LIMATÃO	UND	20	R\$ 19,69	R\$ 393,80
201	MARTELO Nº 24	UND	40	R\$ 27,71	R\$ 1.108,40
202	MASSEIRA	UND	80	R\$ 157,40	R\$ 12.592,00

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
 CNPJ: 06.229.975/0001-72

203	PÁ DE BICO COM CABO	UND	40	R\$ 61,83	R\$ 2.473,20
204	PÁ SEM CABO	UND	40	R\$ 37,37	R\$ 1.494,80
205	PARAFUSO FRANCÊS 1/4X2,0	UND	100	R\$ 0,82	R\$ 82,00
206	PARAFUSO FRANCÊS POLIDO 1/4X3,0	UND	100	R\$ 1,27	R\$ 127,00
207	PARAFUSO FRANCÊS POLIDO 1/4X3,0 ½	UND	100	R\$ 1,48	R\$ 148,00
208	PARAFUSO ZINCADO 4,2X30	UND	40	R\$ 0,37	R\$ 14,80
209	PICARETA COM CABO	UND	60	R\$ 64,72	R\$ 3.883,20
210	PORCAS ½	UND	200	R\$ 0,21	R\$ 42,00
211	PORCAS ¼	UND	400	R\$ 0,23	R\$ 92,00
212	PORCAS 3/8	UND	300	R\$ 0,25	R\$ 75,00
213	PORCAS 5/16	UND	300	R\$ 0,29	R\$ 87,00
214	PREGO 15X18	UND	120	R\$ 18,08	R\$ 2.169,60
215	PREGO 3X8	UND	200	R\$ 23,79	R\$ 4.758,00
216	PREGO TELHEIRO 2.1/2X10	UND	120	R\$ 0,35	R\$ 42,00
217	PRUMO 700 G	UND	50	R\$ 25,07	R\$ 1.253,50
218	TALHADEIRA 12	UND	60	R\$ 22,88	R\$ 1.372,80
219	TALHADEIRA 8	UND	100	R\$ 21,70	R\$ 2.170,00
220	TRENA 5M	UND	100	R\$ 23,56	R\$ 2.356,00
221	TRENA 8M	UND	60	R\$ 30,68	R\$ 1.840,80
222	VASSOURÃO COM CABO	UND	96	R\$ 17,76	R\$ 1.704,96
223	FORMÃO P MADEIRA ¾	UND	80	R\$ 16,88	R\$ 1.350,40
224	BASCULANTE DE ALUMINIO 40X40 CM	UND	30	R\$ 141,62	R\$ 4.248,60
225	BASCULANTE DE ALUMINIO 60X60 CM	UND	40	R\$ 84,18	R\$ 3.367,20
226	BISNAGA COLORIDA 50 ML	UND	400	R\$ 3,60	R\$ 1.440,00
227	CAL PCT 20 KG	Pacotes	1.500	R\$ 14,00	R\$ 21.000,00
228	DOBRADIÇA GALVANIZADA 850X3	UND	60	R\$ 9,11	R\$ 546,60
229	DOBRADIÇA OXIDADA 850X4	UND	60	R\$ 8,02	R\$ 481,20
230	ESMALTE SINTÉTICO 3,6L	UND	30	R\$ 69,37	R\$ 2.081,10
231	ESMALTE SINTÉTICO 900ML	UND	40	R\$ 24,17	R\$ 966,80
232	ESQUADRIAS DE MADEIRA	UND	20	R\$ 98,53	R\$ 1.970,60
233	FECHADURA INOX EXTERNA	UND	120	R\$ 58,48	R\$ 7.017,60
234	FECHADURA INOX INTERNA	UND	70	R\$ 29,87	R\$ 2.090,90
235	JANELA DE ALUMINIO CORRER 1M X 1M	UND	50	R\$ 233,51	R\$ 11.675,50
236	JANELA DE MADEIRA 1,4M X 1,2M	UND	50	R\$ 169,50	R\$ 8.475,00
237	JANELA DE MADEIRA 1M X 1M	UND	50	R\$ 148,13	R\$ 7.406,50
238	PORTA DE COMPENSADO 2,1X0,8 M	UND	100	R\$ 126,34	R\$ 12.634,00
239	PORTA DE MADEIRA 2,1X0,8M	UND	100	R\$ 403,23	R\$ 40.323,00
240	PORTA SANFONADA DE PVC 2,1X0,8M	UND	50	R\$ 101,27	R\$ 5.063,50
241	ROLO DE ESPUMA 15CM	UND	70	R\$ 15,69	R\$ 1.098,30
242	ROLO DE ESPUMA 5CM	UND	60	R\$ 3,56	R\$ 213,60
243	ROLO DE ESPUMA 9CM	UND	40	R\$ 6,57	R\$ 262,80
244	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 15CM	UND	30	R\$ 13,89	R\$ 416,70
245	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 23CM	UND	40	R\$ 16,24	R\$ 649,60

ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

246	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 5CM	UND	40	R\$ 5,62	R\$ 224,80
247	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 9CM	UND	40	R\$ 6,57	R\$ 262,80
248	SELADOR ACRÍLICO 18L	UND	60	R\$ 94,46	R\$ 5.667,60
249	SELADOR ACRÍLICO 3,6L	UND	50	R\$ 53,91	R\$ 2.695,50
250	SELADORA PARA MADEIRA 3,6L	UND	60	R\$ 89,84	R\$ 5.390,40
251	TINTA ACRILICA 18L	UND	140	R\$ 266,56	R\$ 37.318,40
252	TINTA ACRÍLICA 3,6L	UND	130	R\$ 39,02	R\$ 5.072,60
253	TINTA DE PISO 18L	UND	40	R\$ 197,39	R\$ 7.895,60
254	TINTA DE PISO 3,6L	UND	60	R\$ 56,05	R\$ 3.363,00
255	TINTA EM PÓ 2KG	UND	200	R\$ 23,17	R\$ 4.634,00
256	TINTA SPRAY COMUM 350ML	UND	60	R\$ 15,90	R\$ 954,00
257	TRINCHA ½	UND	60	R\$ 4,66	R\$ 279,60
258	TRINCHA 2	UND	40	R\$ 8,58	R\$ 343,20
259	TRINCHA ¾	UND	40	R\$ 5,94	R\$ 237,60
260	BASCULANTE 40X60	UND	20	R\$ 136,96	R\$ 2.739,20
261	BASCULANTE 40X80	UND	20	R\$ 144,67	R\$ 2.893,40
262	FIXADOR P CAL 150ML	UND	600	R\$ 3,46	R\$ 2.076,00
263	GARFO P ROLO 46CM	UND	36	R\$ 25,94	R\$ 933,84
264	AREIA LAVADA	MT³	900	R\$ 50,09	R\$ 45.081,00
265	AREIA COMUM	MT³	900	R\$ 101,99	R\$ 91.791,00
266	AREIA PRETA	MT³	600	R\$ 40,75	R\$ 24.450,00
267	BRITA 0	MT³	600	R\$ 219,99	R\$ 131.994,00
268	BRITA 1	MT³	600	R\$ 91,06	R\$ 54.636,00
269	BRITA 2	MT³	600	R\$ 98,13	R\$ 58.878,00
270	CIMENTO 50 KG	UND	8000	R\$ 26,09	R\$ 208.720,00
271	TELHA CERÂMICA	MLH	80	R\$ 1.311,22	R\$ 104.897,60
272	TELHA DE FIBRA AMIANTO 2,40 X 0,50 mts 3mm	UND	900	R\$ 64,44	R\$ 57.996,00
273	TELHA DE FIBRA AMIANTO 1,10 X 1,80 mts 5mm	UND	300	R\$ 90,79	R\$ 27.237,00
274	TIJOLO CERÂMICO 6 FUROS	MLH	600	R\$ 525,10	R\$ 315.060,00
275	MASSARÁ	MT³	600	R\$ 289,00	R\$ 173.400,00
276	TALHADEIRA DE 10" PARA ALVENARIA	Unidades	50	R\$ 34,52	R\$ 1.726,00
277	TRINCO PARA PORTA DE BANHEIRO	Unidades	100	R\$ 80,00	R\$ 8.000,00
278	VEDA CALHA 400G	Unidades	50	R\$ 25,20	R\$ 1.260,00
279	TUBO PRÉ-MOLDADO DE 80x100CM	Unidades	300	R\$ 345,60	R\$ 103.680,00
280	TUBO PRÉ-MOLDADO 40X100	Unidades	300	R\$ 28,17	R\$ 8.451,00
281	MANILHA 100 X 100 REFORÇADA	Unidades	300	R\$ 361,90	R\$ 108.570,00
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 2.724.399,42</b>

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

8.1. A justificativa para o parcelamento do fornecimento dos materiais de construção, hidráulicos e elétricos é garantir que a Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA consiga realizar a manutenção das infraestruturas públicas de forma contínua, mesmo diante da insuficiência de recursos disponíveis.

Dessa forma, dividindo o processo de contratação em etapas menores, será possível adquirir os materiais necessários de forma mais fácil e sem comprometer o orçamento de uma única vez. Isso contribuirá para a solução do problema enfrentado pela prefeitura e para a realização das melhorias necessárias nas infraestruturas públicas.

## **9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não há necessidade de contratações correlatas antes de contratar a empresa especializada no fornecimento dos materiais de construção, hidráulicos e elétricos. A solução escolhida resolve diretamente o problema mencionado, não sendo necessário contratar outros serviços ou produtos para sua implementação. É importante garantir que a empresa fornecedora atenda aos requisitos estabelecidos.

## **10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a contratação da empresa para fornecimento de material de construção, hidráulico e elétrico para a Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA, espera-se uma significativa economia nos gastos com esses recursos. Isso porque a compra em grande quantidade e de forma consolidada pode gerar descontos e melhores condições de pagamento.

Além disso, ao garantir um suprimento contínuo e eficiente desses materiais, haverá uma otimização do uso dos recursos humanos responsáveis pela manutenção das infraestruturas públicas. Com a disponibilidade rápida dos materiais necessários, será possível realizar os reparos de forma mais ágil e eficaz, evitando desperdícios de tempo e mão de obra.

Dessa forma, a contratação da empresa fornecedora resultará em uma maior economicidade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, contribuindo para a melhoria das condições das infraestruturas públicas do município de Bom Jardim/MA.

## **11. DA EXIGENCIA DA AMOSTRA:**

11.1 Não há exigência de amostra para a referida contratação

## **12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO.**

1. Realizar um levantamento detalhado das necessidades de materiais de construção, elétricos e hidráulicos em cada setor da Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA.
2. Elaborar um cronograma de entrega dos materiais, considerando a urgência de cada demanda.
3. Verificar a disponibilidade orçamentária para a contratação da empresa fornecedora e garantir que os recursos financeiros estejam reservados.

4. Realizar pesquisas de mercado para identificar empresas fornecedoras confiáveis e com experiência na área.
5. Elaborar o termo de referência que irá nortear o processo licitatório, indicando as especificações técnicas dos materiais necessários.
6. Capacitar os servidores responsáveis pela fiscalização do contrato, garantindo que eles saibam como acompanhar a execução dos serviços e cobrar a qualidade dos materiais fornecidos.
7. Definir os critérios de avaliação do desempenho da empresa contratada, para garantir a eficiência e eficácia na gestão contratual.
8. Estabelecer um plano de comunicação entre a Prefeitura e a empresa fornecedora, visando manter uma boa relação e resolver eventuais problemas de forma ágil.

### **13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS**

Possíveis impactos ambientais da contratação de uma empresa para fornecimento de materiais de construção, hidráulicos e elétricos podem incluir o aumento da geração de resíduos sólidos, consumo excessivo de recursos naturais e emissão de poluentes atmosféricos.

Medidas mitigadoras podem ser a exigência de certificação ambiental dos produtos fornecidos, a implementação de práticas de construção sustentáveis, como o uso de materiais reciclados, e a promoção de alternativas de baixo consumo de energia. Além disso, é importante estipular a realização de logística reversa para descarte adequado e reciclagem de bens e resíduos, quando aplicável.

Em relação a outras contratações necessárias, é importante considerar a possibilidade de contratar empresas especializadas em gestão de resíduos ou reciclagem para garantir o correto descarte e reaproveitamento dos materiais utilizados.

### **14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

14.1. As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Bom Jardim/MA, 09 de agosto de 2024.

Elaborado por:

\_\_\_\_\_  
**GERSON PONTES RODRIGUES**  
Servidor Público Municipal

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO**

Ref. **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 013/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2024**

**PROPOSTA DE PREÇO**

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V.S<sup>a</sup>, a nossa proposta relativa ao PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº \_\_\_/2024, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, declarando que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e que concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com os serviços do objeto da presente licitação.

1. PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

SEDE:

C.N.P.J.:

CONTATOS:

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL:

DADOS BANCÁRIO: (BANCO/TITULAR/CPF OU CNPJ/AGÊNCIA/CONTA):

2. PROPOSTA DE PREÇOS:

INSERIR TABELA

Importa a proposta no valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), seguindo os parâmetros inseridos no Termo de Referência e no Edital.

3. PRAZO DE ENTREGA DOS PRODUTOS LICITADOS: \_\_\_\_\_.

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal pelo fornecedor e atesto pelo setor responsável da Administração Pública Municipal.

(local e data por extenso)

\_\_\_\_\_  
Nome, Identidade e Assinatura do Responsável Legal.

## ANEXO III

### MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2024

O Município de Bom Jardim/MA, através do órgão gerenciador a XXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, Bom Jardim/MA, neste ato representado(a) pelo(a) XXxXXXX, nomeado(a) pela Portaria nº XXXXX de XXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXXXXXX, processo administrativo nº XXXXXXX, RESOLVE registrar os preços para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa XXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXX, com sede na XXXX, CEP XXXX, no Município de XXXX, neste ato representada pelo(a) Sr(a). XXXX, portador(a) da Cédula de Identidade nº XXXX e CPF nº XXXX, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 131/23, de 18 de dezembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o XXXXXXX, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº XXXX/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

INSERIR PLANILHA

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

#### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador é a XXXXXXXXXXXX e os órgãos participantes são a XXXXXXXXXXXX.

#### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições

estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual,

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

**CONTRATAÇÃO DIRETA.**

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Bom Jardim/MA, XX de XXXX de XXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX

Orgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXX

Beneficiária

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

**ANEXO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**CADASTRO RESERVA**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Nome empresarial:							
CNPJ nº:							
Endereço:							
(DDD) Telefone: _____ (DDD) Fax: _____							
E-mail:							
Representante legal:							
CPF nº:							
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant. Máxima	Quant. Mínima	P. Unitário Registrado (R\$)	P. Total Registrado (R\$)

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Nome empresarial:							
CNPJ nº:							
Endereço:							
(DDD) Telefone: _____ (DDD) Fax: _____							
E-mail:							
Representante legal:							
CPF nº:							
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant. Máxima	Quant. Mínima	P. Unitário Registrado (R\$)	P. Total Registrado (R\$)

## ANEXO IV

### MINUTA DO CONTRATO

### CONTRATO N° XXX/2024

PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º XXX/2024.

PROCESSO N.º XXXX/2024.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE BOM JARDIM/MA, POR INTERMÉDIO DO (A) SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXX E XXXXXXXX.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA**, inscrita no CNPJ/MF sob n° 06.229.975/0001-72, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, por intermédio da **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob n° XXXXXX neste ato, representada por **XXXXXXXX**, RG n° XXXXXX, CPF n° XXXXXX, Secretaria Municipal de XXXX, Portaria XXX – GB, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o n° XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr. **XXXXXX**, portador da Cédula de Identidade n° XXXXXX e CPF n° XXXX, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo n° XXXXXX e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. XXXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de XXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

#### INSERIR PLANILHA

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I. O Termo de Referência;

II. O Edital da Licitação;

III. A Proposta do contratado;

IV. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 1. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XXXXXXXX contados do(a) XXXXXXXX, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) das quantidades de cada item.

4.1.1. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.2. O valor total da contratação é de R\$ XXXXXXXX.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.21. Atender, imediatamente, todas as solicitações da fiscalização da Contratante, relativamente a execução do contrato.

9.22. Iniciar os serviços de Organização de Festividades Municipais, imediatamente, após a assinatura do contrato e, por conseguinte, o recebimento da ordem de Serviços, emitida pelo setor competente, sendo realizados os eventos de acordo com a secretaria solicitante;

9.23. Os serviços de Organização e Realização de Festividades Municipais, deverão ser efetuados em conformidade com a determinação da Secretaria Municipal de Administração do município. A estrutura necessária para realização dos eventos contratados deverá ser entregue obrigatoriamente a partir das 07:00 da manhã de cada data solicitada conforme o cronograma do município.

9.24. Os serviços de execução da organização dos eventos e realização será realizado pelos funcionários, designados e contratados pela empresa Contratada e serão de total e inteira responsabilidade da empresa Contratada para realizar os serviços;

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, A CONTRATANTE poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes **sanções**, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo Primeiro** – A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

I. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

II. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

III. 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

IV. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

V. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

VI. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

entre si.

11.2. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

11.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

11.4. A sanção prevista na alínea “d” do caput desta Cláusula poderá também ser aplicada à CONTRATADA que, em outras licitações e/ ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

I. sofrida condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

II. praticados atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;

III. demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

11.5. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município de Bom Jardim/MA e equivalentes do ato que as impuser.

11.6. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

11.7. Se, no prazo previsto nesta Cláusula, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

11.8. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

11.9. casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

11.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, o CONTRATANTE suspenderá, observado o contraditório e ampla defesa, os pagamentos devidos à CONTRATADA até a comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como até a recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

11.11. Se a CONTRATANTE verificar que o valor da garantia e/ou o valor dos pagamentos ainda devidos são suficientes à satisfação do valor da multa, o processo de pagamento retomará o seu curso.

11.12. As multas eventualmente aplicadas com base na alínea “b” do caput desta Cláusula não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

#### **INSERIR DOTAÇÃO**

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de

**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM**  
CNPJ: 06.229.975/0001-72

antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO**

17.1. Fica eleito o Foro de Bom Jardim/MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-